



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1427/17	DATA: 03/10/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h16min	TÉRMINO: 12h41min	PÁGINAS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

AILTON KRENAK - Líder indígena.
DAVI KOPENAWA YANOMAMI - Líder indígena.
ELCIO MANCHINERI - Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira — COIAB.
SINEIA BEZERRA DO VALE - Representante do Conselho Indígena de Roraima — CIR.
FRANCISCA OLIVEIRA DE LIMA - Representante da Organização dos Professores Indígenas do Acre — OPIAC e da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre — AMAAIAC.
JOSIAS PEREIRA KAXINAWA - Representante da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre — AMAAIAC.
IANNUZY TAPAJÓS MOTA - Vice-Coordenadora da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira — UMIAB.
PAULO SILVA MARUBO - Representante da Organização Geral Mayuruna — OGM e da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari — UNIJAVA.
YAKARI MEHINAKU KUIKURO - Representante da Associação Terra Indígena do Xingu — ATIX.
FRANCISCO CARLOS DIPETA - Coordenador da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo — APOINME.
MAURÍCIO TOMÉ ROCHA - Representante da Hutukara Associação Yanomami.
MAURO PEDROSA - Representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro — FOIRN.
ARMINDO GÓES - Representante da Hutukara Associação Yanomami.
ESTEVÃO BORORO - Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira — COIAB e do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas — CIMC.
SOLEANE MANCHINERI - Representante da Organização dos Professores Indígenas do Acre — OPIAC.
ANA ROBERTA UGLÔ PATTÉ - Representante da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul — ARPINSUL e do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas — CIMC.
JATUTA WĀJAPI - Representante do Conselho das Aldeias Wajãpi — APINA.
VISENI WAJĀPI - Representante do Conselho das Aldeias Wajãpi — APINA.
TELMA SANCHES TAUREPANG - Representante do Conselho Indígena de Roraima — CIR.

SUMÁRIO

Seminário sobre o tema: *Percepções e Experiências Dos Povos Indígenas no Contexto das Mudanças Climáticas.*

OBSERVAÇÕES

Houve manifestação em língua indígena.
Grafia não confirmada: Naro.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Bom dia.

Declaro aberto o presente Seminário *Percepções e Experiências dos Povos Indígenas no Contexto das Mudanças Climáticas*, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as suas intervenções.

Após as palestras, iniciaremos o debate com os participantes do curso *Incidência Política e Mudanças Climáticas*. Cada participante terá o tempo de até 5 minutos para sua fala.

Desde já, agradeço aos convidados e peço que cada um observe o tempo proposto para a sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo neste seminário, por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham este seminário, as quais serão respondidas pelos nossos convidados e pelos Parlamentares ao final do debate.

Peço aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programa desta Casa.

Informo ainda que aqueles que desejarem obter o certificado de participação devem se dirigir à mesa de inscrição, localizada na entrada deste plenário.

Antes de chamar os convidados da primeira Mesa, chamo o Jaci de Souza, macuxi, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, para fazer uma apresentação de abertura deste seminário.

O SR. JACI DE SOUZA - Bom dia a todos! Agradeço o convite. Meu nome é Jaci de Souza, macuxi, de Roraima, da Raposa Serra do Sol.



Neste momento, faremos a abertura deste encontro, que é muito importante, com o nosso tradicional cantado em macuxi.

(Apresentação de dança ritual indígena.)

O SR. JACI DE SOUZA - Muito obrigado.

(Apresentação de dança ritual indígena.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Quero agradecer ao Instituto Socioambiental — ISA e à Rede de Cooperação Amazônica — RCA, que propuseram a finalização desse curso sobre mudanças climáticas justamente aqui na Câmara dos Deputados, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Para nós, é uma honra muito grande receber vocês aqui.

Este seminário tem duas falas principais, e depois serão apresentadas as experiências de diversos povos que participaram desse curso. Eu tenho a honra muito grande de convidar para compor a primeira Mesa duas lideranças indígenas que eu admiro muito e com quem eu posso dizer que eu aprendi muito, não só sobre as questões indígenas, mas sobre o nosso papel neste planeta.

Eu não vou falar muito, porque acho que hoje é para ouvi-los.

Quero convidar, com muito prazer, o Sr. Ailton Krenak. *(Palmas.)* O Sr. Ailton Krenak foi a primeira liderança indígena com quem eu tive contato, no tempo ainda da União das Nações Indígenas — UNI, lá nos idos de 1980 e uns quebrados.

Também quero convidar para compor a Mesa outra liderança, que nós aprendemos a admirar muito e que admiramos muito, que é o Sr. Davi Kopenawa Yanomami. *(Palmas.)*

Quero registrar a presença da Sra. Diana Vanegas, Embaixadora da República de El Salvador; do Primeiro-Secretário e Cônsul da Espanha, Sr. Ernesto Heredero del Campo. S.Sa. também está acompanhado por alguns assessores. Obrigado.

Do dia 7 ao dia 17 de novembro, vai acontecer a 23ª Conferência do Clima em Bonn, na Alemanha. Há 2 anos, na 21ª Conferência, em Paris, o Brasil assumiu alguns compromissos. E um dos principais compromissos era o da redução de emissões de gases de efeito estufa. Uma das principais metas brasileiras tem a ver com desmatamento, que é uma das principais causas de emissões da cota brasileira de gases de efeito estufa.



Hoje nós vamos ouvir as experiências e as percepções de como diversos povos indígenas veem esse debate. Vamos também entender um pouco a experiências deles, porque nós os temos como os principais parceiros da conservação das florestas. As próprias pesquisas, levantamentos e monitoramentos, feitos tanto oficialmente como também das organizações da sociedade civil, mostram que, por exemplo, na Amazônia, menos de 3% das terras indígenas são desmatadas — então, preservam a floresta, cuidam da floresta —, o que não acontece, às vezes, por exemplo, em unidades de conservação, que têm o seu objetivo, que é a conservação da biodiversidade, a conservação da floresta.

Aqui nós vamos ter a oportunidade hoje de ouvir essas experiências. Mas também é oportuno, em face da conjuntura em que estamos vivendo, ouvir o clamor desses povos indígenas, sabendo que boa parte das terras indígenas do Brasil ainda não está demarcada, e nós passamos por uma conjuntura em que está completamente paralisada a demarcação das terras indígenas e não se desenha uma melhoria do ponto de vista do Orçamento para o ano que vem, que está em discussão nesta Casa.

Então a tendência é diminuir mais ainda o Orçamento, desestruturar mais ainda a FUNAI, como órgão responsável, do ponto de vista do Estado brasileiro, pela implementação do direito indígena, conforme a Constituição, que é um reconhecimento de toda a sociedade brasileira, da maioria do povo brasileiro, e o Governo não atende e não trabalha nessa expectativa em função do próprio Orçamento projetado para o ano que vem.

Portanto, esta é a oportunidade de ouvi-los e entendê-los, do ponto de vista do quanto eles contribuem para a humanidade, para o povo brasileiro, para a sociedade brasileira, para todos os setores econômicos, sobre o papel que as florestas têm para regular o clima, regular as chuvas, mas também de ouvir o que o Brasil, o Estado brasileiro precisa fazer para ajudar aqueles que estão ajudando a sociedade brasileira, o povo brasileiro.

Sem muita delonga ainda, eu quero passar a palavra ao Sr. Ailton Krenak, que vai fazer a primeira exposição.

O SR. AILTON KRENAK - Bom dia a todas as autoridades, bom dia aos representantes dos povos indígenas que estão presentes aqui, às autoridades



tradicionais do nosso povo; bom dia, Deputado Nilto Tatto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente aqui na Câmara, que nessa breve introdução do tema deste nosso seminário reportou a importância do momento que nós vivemos e da oportunidade de compartilhar um pouco da experiência que os povos indígenas têm de reflexão sobre as mudanças de que todos nós estamos constantemente sendo informados, as mudanças do clima global em consequência do aquecimento que atinge diferentes regiões do planeta com consequências diversas e que, claro, afeta também os lugares onde cada uma dessas comunidades indígenas vive historicamente e afeta a memória desses lugares onde o nosso povo, por antiguidade, desenvolveu formas de percepção do ecossistema, dos ambientes onde vivemos.

Essa memória confere com muitos dos relatórios que o painel do clima divulga, está muito presente no pensamento, na nossa cabeça, mas pouco presente no nosso coração. As pessoas estão tomando esses relatórios como se fossem só estatísticas e não um indicador de que nós estamos perdendo qualidade de vida e perdendo também a nossa profunda relação com a Terra, esse planeta que nós compartilhamos, e, no caso dos povos tradicionais, dos povos indígenas, muitos dos senhores já ouviram a afirmação de que a Terra é a nossa mãe.

Essa relação estreita do pensamento indígena com os lugares onde nós vivemos segue sendo mal interpretada. Desde a Constituinte de 88, nós buscamos indicar, no texto da nossa Constituição, a obrigação do Estado, da União, de reconhecer as terras indígenas e criar os mecanismos necessários para a sua proteção, para a conservação da biodiversidade, para a possibilidade de que os povos indígenas desenvolvessem suas formas próprias de organização interna nesses territórios, cuidando e prosperando dentro desses territórios. Mas a nossa Constituição não foi ouvida nesse sentido. Nós temos tido um continuado e insistente ataque de diferentes setores, internos inclusive, ao Estado brasileiro, ao cumprimento desse princípio da Constituição.

Este seminário é uma oportunidade de expressar um pouco da diversidade de cultura, um pouco da diversidade de pensamento desses povos indígenas, que às vezes são percebidos genericamente e não se observa a diferença que existe entre os fundamentos, as memórias, os conhecimentos, as práticas, as experiências que



cada um desses povos ao longo de séculos estabeleceu com seus habitats, com os lugares onde surgiram, onde se desenvolveram em alguns séculos anteriores à data deste nosso encontro aqui.

Talvez a parte do povo brasileiro que mais tenha memória sobre esses lugares onde nós vivemos sejam os povos indígenas, e nós queremos compartilhar essa memória com os nossos irmãos brasileiros que não têm tanto tempo para observar o ciclo da natureza e não estão prestando atenção em como nós estamos empobrecendo o nosso solo, destruindo as nossas florestas e liquidando com a nossa biodiversidade.

É reconhecido que as terras indígenas são os lugares onde a biodiversidade apresenta o seu maior, digamos assim, ponto de equilíbrio. Se as terras indígenas expressam esse equilíbrio, seria muito importante que, como estratégia para a conservação da biodiversidade, mas também como um interesse direto na conservação de um recurso essencial para o desenvolvimento do nosso País, nós pensássemos na consequente regularização de todos os processos que envolvem a homologação, o reconhecimento, a demarcação das terras indígenas, para que nós pudéssemos ter a oportunidade de pôr em prática algumas das experiências que os senhores vão ouvir dos representantes de várias regiões do nosso País que estão aqui, e que não se limitam à Amazônia.

Às vezes, quando nós nos encontramos, assim como há uma ideia genérica do povo indígena, há uma ideia genérica também de que todos os povos indígenas vivem na Amazônia. Os territórios indígenas, os ecossistemas, os biomas ocupados por povos indígenas estão no Cerrado, estão na Caatinga, estão em vasta região do Nordeste, onde, inclusive, têm ocorrido muitas e graves incidências sobre o direito dos povos indígenas em disputa por terras.

É muito importante que todos os senhores, os Parlamentares que estão aqui presentes, as autoridades e representantes de outras instituições do Estado que estão presentes aqui tenham consideração em relação a esses termos.

Eu não vou me estender muito mais, porque muitas pessoas ainda vão falar. Agradeço ao Deputado Nilto Tatto esta oportunidade, cumprimento-o pela clareza e pelo sentido de cidadania que esse propósito de nos convocar aqui e de nos abrir essa oportunidade representa.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Ailton.

Passo agora a palavra para o Davi Kopenawa Yanomami.

O SR. DAVI KOPENAWA YANOMAMI - (*Manifestação em língua indígena.*)

Bom dia para todos, Srs. Deputados, Srs. Senadores e outros chefes desta Casa. Primeiro, eu vou agradecer por vocês terem nos convidado para entrar por essa porta, vocês que deixaram aberta essa porta para nós, índios brasileiros legítimos, e nos sentarmos aqui nessa mesa. Essa é a nossa madeira, essa é a nossa madeira tirada da nossa reserva. Então, eu agradeço muito a vocês. Vocês pensaram, mas vocês demoraram muito, vocês demoraram a pensar em nós para falarmos aqui sobre a nossa situação, que está aumentando.

Primeiro, meu nome é Davi Kopenawa Yanomami. Sou liderança tradicional, porta-voz do povo ianomâmi de Roraima e de outros parentes da Venezuela, e todos aqui, meu povo indígena brasileiro, do nosso País. Eu não estou falando só em nome do meu povo ianomâmi. Eu falo por todos. Eu incluo os outros porque nós estamos juntos. Nós somos pequenos, mas estamos juntos. Precisamos de aliança para ficar fortes. Vocês são muitos. Nós temos também ferramentas para usar. Não é para matar pessoas, não! Queremos guerrear pela boca, falar com o coração e o pensamento. É isso que é importante.

Nossa terra foi demarcada em 1992. Isso está registrado como se registra nascimento de criança no hospital. Então, registraram data, tudo completo, mas esse registro da demarcação não está comigo, não! Está com vocês! Vocês guardaram isso, só que eu não esqueço, porque eu vi e respeitei isso. Depois, se acontecer de todos nós morrermos, vocês serão os culpados. Vocês que querem virar homem têm que ter responsabilidade com os nossos filhos. É isso que eu quero dizer.

Então eu moro no Estado de Roraima, mas a minha casa mesmo fica lá no território ianomâmi, Galho de Rio Negro, no Município de Barcelos, Amazonas, e no Município Caracaraí, Boa Vista, ligado por dois caminhos: um é por avião; outro, por rio. Eu nasci lá em cima na montanha, próximo da Surucucu, onde estão os militares.



Então ali é o nascimento do legítimo povo indígena que cuida da nossa mãe terra, essa de que vocês não estão cuidando, que cuida de nós todos. Não é só para cuidar do bolso, não.

O nosso objetivo, nós viemos aqui para cobrar pelo erro de vocês. Não estamos batendo forte, não. Mas esse é o meu jeito, o meu jeito do povo ianomâmi, acostumado a ser guerreiro, a falar duro. Falamos duro para homem não indígena escutar, sentir o coração, sentir o que não vê. É isso que é importante.

A minha aldeia é Watoriki, a Serra de Vento, próxima à fronteira do Brasil com a Venezuela. Nós moramos lá.

Vou falar sobre a situação do meu povo ianomâmi. A situação do meu povo ianomâmi não está resolvida. Só estão gastando dinheiro, só gastando dinheiro do jeito que eles querem.

A saúde deveria ser número um: saúde para todo mundo. Isso não está acontecendo. Posso cobrar também do Presidente. Ele é o cabeça, é ele que manda. Eu queria também conversar sobre isso mais tarde. Não seria agora, não, em outro ano, se ele quiser nos ouvir como nós estamos ouvindo aqui.

Vim para falar da situação ianomâmi. Está aumentando a doença que se chama HIV. O HIV já está sendo transmitido para os **makuxi**, wapixana, ingarikó, wái, waimiri-atroari, ianomâmi da Venezuela, ianomâmi do Brasil. Todos estão contaminados. Essa não tem remédio. Ela doença não é daqui. Ela vem de avião, vem de navio. Já temos problema com essa doença. Já temos morte.

A SESAI acompanha isso. Em Boa Vista, de janeiro até agosto deste ano, morreram parentes nossos. Foram 38 pessoas que morreram. Não se cuidaram. Tivemos problema lá. Caíram dois aviões. Isso não foi bom. Tivemos 38 mortes. Crianças, mães, pais, rapazes morreram, porque falta médico, falta técnico bom, falta enfermeira boa, que entenda a doença do branco. Então, faltou isso.

Vou agradecer ao Governo pela parte da vacina. A vacina protege o nosso sangue, vacina protege a nossa vida. Essa parte eu agradeço. É tão caro, mas está lá. Umhas crianças estão morrendo, mas outras estão nascendo e estão crescendo. Isso é muito importante. Uma parte do Governo se preocupa. Fica reclamando. Ele não se preocupa sozinho, não. Tem que reclamar, para ele sentir e se preocupar



com a gente. Tem que olhar na ponta, na base. Na ponta, seria a terra ianomâmi. Então, vocês precisam conhecer.

Eu vou pedir apoio dos Srs. Deputados, Senadores e Governadores. É preciso apoio para que seja reconhecido o nome do povo indígena do Brasil. Essa é a minha preocupação, porque vocês não conhecem. Vocês só conhecem o projeto; o projeto que mata um povo. Esse projeto não está funcionando bem, não. Em parte, ele é bom, mas destrói natureza, garimpo, fazendeiro, pescador, mineração, hidrelétrica, barragem. Estão fechando tudo. Não é bom esse projeto, não. Ele é melhor para vocês, mas, para o índio, não. O índio não precisa disso. Vocês estão brilhando suas casas, cheias de luz.

Então, eu vou concluir a minha fala. Sou uma liderança ianomâmi de Roraima, do Amazonas, morador da comunidade Watoriki, na Serra do Vento.

Eu agradeço. Acho que os senhores entenderam. Eu estou falando sua língua. Acho que vocês entenderam Índio ianomâmi não fala bonitinho, não. Bonitinho não serve — joga fora! Tem que falar quatro palavras.

Muito obrigado, parentes.

Tchau, tchau! (*Manifestação em língua indígena. Palmas.*)

É o guerreiro ianomâmi, quando quer atacar uma onça, cobra. A gente faz assim, em direção à cobra. (*Manifestação em língua indígena. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Davi.

Também precisamos aprender esses gritos aqui. (*Risos.*)

Quero anunciar a presença — e já lhes agradeço — de Kristian Bengtson, da Embaixada da Noruega; de Carlos Macedo Vergara, assessor técnico de assuntos indígenas da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica — OTCA; de Paulo Cabral; de Cinthya Mayorga, Cônsul-Geral da Embaixada da Nicarágua; de Nadine Khoury, Segunda Secretária de Assuntos Políticos da Diplomacia Pública da Embaixada do Canadá; de Luís Donisete, da Rede de Cooperação Amazônica — RCA; e de Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental. (*Manifestação na plateia.*)

Vamos às experiências dos diversos povos, começando pelo Elcio Manchineri.



Vamos combinar um tempo de até 5 minutos para as próximas falas, porque, no máximo, nós precisamos terminar a reunião às 13h30min, pois às 14 horas haverá outro evento aqui.

Peço que aproveitem para, durante a fala, já falar o nome da organização da qual fazem parte.

Concedo a palavra ao Elcio Manchineri.

O SR. ELCIO MANCHINERI - Bom dia a todos e todas.

Em nome da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira — COIAB, cumprimento todas as autoridades indígenas e não indígenas.

A COIAB está presente em 9 Estados da Amazônia brasileira. Em sua base política, há 70 associações de mulheres, de estudantes, de jovens e de professores.

Na Amazônia, vivem cerca de 173 povos indígenas, em 419 territórios. Esses territórios são muito importantes tanto para a existência dos povos indígenas — para a preservação cultural do nosso povo e para o fortalecimento de nossas culturas — como também para servir como barreira ao desmatamento ilegal e para minimizar os impactos sobre as mudanças climáticas.

Então, essa importante reserva pode contribuir com o Estado brasileiro. Inclusive, o Brasil firmou, em âmbito internacional, conduta de redução do desmatamento ilegal. Não sei se vamos chegar a zero, mas existe esse tratado.

Mesmo sendo bastante importantes esses territórios para os Estados brasileiros, mesmo contribuindo para que o Brasil alcance suas metas na redução do desmatamento, o Estado brasileiro toma uma postura contrária de não demarcar os territórios indígenas. Além do mais, lança PECs e PLs contra os direitos dos povos indígenas.

Então, vemos que o Estado e os governantes tomaram um rumo incerto. Querem apenas ver a questão do desenvolvimento, a questão econômica, e não tratam a questão social em primeiro plano, o que poderia contribuir muito mais com o nosso País. Queremos, portanto, um modelo de desenvolvimento que respeite a questão social, não exclusivamente a questão econômica. Queremos um modelo de desenvolvimento que preserve os conhecimentos ancestrais dos povos originários, que respeite os direitos deles e de toda a população brasileira; um projeto de



desenvolvimento que inclua e não exclua, que torne a maioria beneficiária da ação do Estado, e não a minoria. Não queremos poucos com muito e muitos com pouco.

Essa é a visão de desenvolvimento que queremos. Queremos que todos sejam beneficiários das riquezas naturais que existem no nosso País.

Diante disso, o Estado mais uma vez retroage quando não respeita a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando ela fala das consultas livres, prévias e informadas.

Um bom exemplo é a construção da hidrelétrica de Belo Monte, que foi feita sem haver uma consulta, conforme estabelece a Convenção nº 169, junto aos povos indígenas, aos extrativistas, aos ribeirinhos.

Então, em nome do País, em nome do desenvolvimento, nossas autoridades destroem um ecossistema todo, e isso é ruim. Que futuro nós vamos deixar para a nova geração? Não só para a geração dos povos indígenas, mas para a de todos os povos do Brasil.

Apenas o recurso financeiro vai enriquecer o nosso País? Não, porque não apenas os recursos financeiros são a riqueza de um país, mas a cultura, a identidade, suas riquezas naturais, seu desenvolvimento e, principalmente, o respeito aos direitos de todos.

Queremos um país com uma democracia libertária e não opressora. E isso significa desenvolvimento, não é? Que se respeitem todas essas questões.

Estamos vendo pelo que passa o nosso País hoje, a situação caótica que se criou no nosso País. É preciso a união de todos, não só dos povos indígenas, mas de todos os povos: os ribeirinhos, os quilombolas, os extrativistas, o empresariado, os Deputados, todo o povo do Brasil.

Temos que nos dar as mãos para construir uma nova era. E uma nova era só se constrói com mudanças. Acho que poderíamos começar pela educação. Então temos que fazer essa transformação urgente, principalmente para uma educação transformadora, que trabalhe o ser humano para cuidar das suas riquezas, do homem e da natureza, não só para construir prédios. Nós queremos uma educação libertadora também, e inclusiva, não excludente.

Por fim, com relação aos territórios indígenas, garantir a permanência dos povos indígenas, dos quilombolas, dos extrativistas, do agricultor familiar em seus



territórios significa preservar e conservar a Amazônia não só para nós, mas para a humanidade.

Então, nós temos essa responsabilidade nas mãos e chamamos todo o povo brasileiro para essa luta, que é justa e social e não apenas econômica.

Para finalizar, quero dizer o seguinte: nós não queremos Copacabana de volta, queremos apenas respeito, para que possamos viver bem em nossos territórios.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Elcio Manchineri.

Passo a palavra agora a Sineia Bezerra do Vale.

A SRA. SINEIA BEZERRA DO VALE - Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer ao Deputado Nilto Tatto por nos receber nesta Casa.

Meu nome é Sineia, sou do povo wapichana, trabalho no Conselho Indígena de Roraima — CIR, sou gestora ambiental, coordeno a Câmara Técnica sobre Mudanças Climáticas no âmbito da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial — PNGATI e faço parte do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas — CIMC.

Mudanças climáticas, incidência política e transformação do tempo. Os povos indígenas do Brasil, através dos seus conhecimentos tradicionais, percebem que o clima vem mudando. E essa mudança está acontecendo nas suas regiões, nas comunidades, de forma que isso está afetando seu modo de vida, a sua vida social, a cultura, a agricultura, a pesca, a caça. Por exemplo, em um rio na Serra da Lua, em Roraima, foi relatado pelo agente territorial e ambiental que havia variedades de peixes. Observados no período de 3 anos no estudo de caso de mudança climática, através do Conselho Indígena de Roraima, constataram que a temperatura da água lá aumentou muito mais do que deveria, houve um aquecimento anormal, e os peixes sumiram do local.

Mas estamos falando de incidência política, de políticas públicas voltadas à implementação de ações para a redução do aquecimento global. Os povos indígenas de Roraima vêm fazendo os seus planos de gestão territorial e ambiental, incluindo o Plano de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial — PNGATI é a única política construída com a



participação direta dos povos indígenas e precisa ser implementada para fazer com que as ações cheguem de fato às terras indígenas.

Porém, mudanças climáticas — local e global — afetam diretamente o povo que depende da floresta: comunidades tradicionais, ribeirinhos e povos indígenas. Os povos indígenas sempre fizeram a manutenção da floresta com seus conhecimentos tradicionais. E que políticas públicas essa Comissão tem planejado para o enfrentamento dessas mudanças que afetam a todos?

O Brasil assinou o Acordo de Paris. Como vamos cumprir esse acordo, com os grandes e desenfreados empreendimentos, com a construção de hidrelétricas, por exemplo a Hidrelétrica do Bem Querer, em Roraima, que vai gerar mais danos ambientais do que energia para suprir a necessidade de Boa Vista?

Rio Branco nunca mais vai ser o mesmo. Os peixes nunca mais vão subir para os afluentes, acima do Bem Querer, diminuindo radicalmente o peixe para povos indígenas, ribeirinhos e comunidades locais.

O Ministério do Meio Ambiente tem uma grande dívida com a Raposa Serra do Sol. Até hoje a conta da degradação, pela monocultura do arroz, nunca foi paga. E isso contribui para o aquecimento global.

O agronegócio aumenta a cada dia, e o desmatamento também. As terras indígenas preservam tanto quanto uma unidade de conservação. A pesquisa científica realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN aponta isso.

Queremos o reconhecimento da categoria dos agentes territorial e ambiental indígena, que se espalham por todo o Brasil. Nós precisamos de apoio para eles.

Que políticas públicas teremos para garantir no futuro a água potável, a floresta e o solo se, sem água, não há vida e, sem terra, não há floresta? A mãe terra está doente. Deus deixou tudo perfeito, mas a ação do homem vem destruindo a natureza.

Nós povos indígenas estamos pagando caro por isso. Queremos que esta Comissão nos olhe. Os povos indígenas sempre conservaram as florestas, não só para eles mesmos, mas para todo o mundo, para os povos não indígenas, globalmente, que dizem que a Amazônia é o pulmão do mundo. Lá nós temos povos que, com os seus conhecimentos tradicionais, mantêm a floresta em pé.



É preciso que esta Casa olhe para nós, povos indígenas, e olhe também para a questão da água e da floresta, pois, no futuro, vamos precisar mantê-la para todos os povos.

Demarcação já! A Amazônia é nossa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Sineia.

Passo a palavra agora à Sra. Francisca Oliveira de Lima.

A SRA. FRANCISCA OLIVEIRA DE LIMA - Bom dia a todos. Bom dia, Deputados, parentes, parceiros presentes.

Nesses últimos dias, a Rede de Cooperação Amazônica — RCA, junto com o Instituto Socioambiental — ISA, tem nos trazido muito para esse grande debate, que é um compromisso de todos.

O meu nome é Francisca. Eu sou lá do Acre. Atualmente trabalho na Organização dos Professores Indígenas do Acre — OPIAC. Tudo isso vem da educação. Também venho assessorando a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre — AMAAIAC.

No Acre, nós temos um trabalho muito bonito, do qual eu creio que os senhores já ouviram falar. Se não ouviram, é bom que procurem saber o que estamos fazendo para contribuir com o planeta, o mundo, não só para nós, povos indígenas, mas também para a humanidade como um todo.

Nós mantemos a floresta em pé, e isso para nós é o conceito de riqueza. Riqueza para o índio é ter floresta em pé, é ter água boa, é ter conhecimento tradicional, é ter ar bom para respirar.

Tudo isso que estamos vivenciando é resultado de o homem usar a terra de forma desorganizada, dizendo que nós vivemos na pobreza, colocando grandes empreendimentos e projetos sociais, mas acabando com aqueles que eles acham que são mais pobres. Qual é o conceito de pobreza e riqueza para os senhores que estão aqui na frente?

Mesmo mantendo a floresta em pé, nós estamos sofrendo as consequências lá na base. Posso citar um exemplo que aconteceu em março de 2015. Com a mudança do tempo e a mudança de calendário, as mulheres fizeram o plantio na praia, e veio uma alagação imediatamente. Lá no Acre nós temos 32 espécies de amendoim, mas foram perdidas. Isso afetou a segurança alimentar e a merenda



regionalizada — esse Município tem a merenda regionalizada, feita pelas comunidades.

Nós produzimos lá mesmo, compramos lá mesmo. Não levamos lixo. Isso também fortalece a nossa saúde, porque não levamos tanta tralha da cidade, tanto lixo, poluindo o ar. Então, nós temos esse trabalho muito bonito.

Eu quero chamar aqui a atenção do Itamaraty e do Ministério do Meio Ambiente — MMA para que revejam essa Estratégia Nacional para REDD+. No Governo Federal não são levados em consideração os trabalhos que nós fazemos lá na ponta: captamos recurso, fazemos um trabalho muito bonito. Mas como isso é visto aqui? Futuramente nós vamos jogar no mato todo um recurso, todo um esforço que nós fizemos para os nossos Estados? Isso não é levado em consideração.

Essa coisa da emissão de gás, que eu não entendo muito bem, nós precisamos juntos entender. Então, nós temos batalhado por isso. Sabemos que não é fácil, mas isso está nas mãos dos senhores, está nas mãos dos Deputados.

Nós temos uma luta muito grande no Acre, que é o reconhecimento da categoria dos agentes agroflorestais indígenas, que fazem esse trabalho, mas que depende de leis. Nós temos o Deputado Jenilson. Nós temos uma força-tarefa do Senador Jorge Viana.

Eles precisam trazer isso, e os senhores precisam conhecer. Quando eles chegarem aqui com essa minuta de lei, os senhores já devem saber do que se trata, porque essas pessoas são guardiãs da floresta, estão lá fazendo vigilância e fiscalização, mesmo não sendo da responsabilidade delas. Nós sabemos que a Justiça, que a Polícia Federal só vai lá quando o problema já aconteceu. Então são pessoas que estão fazendo um trabalho não só para nós, mas para o planeta, para o mundo, para a humanidade toda.

Eu queria só deixar esse recado aqui. Essa luta não é só dos índios, é de todos, principalmente das pessoas que acham que nós vivemos na miséria e colocam grandes empreendimentos para destruir a nossa floresta.

Demarcação já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Francisca.

Passo a palavra agora a Josias Pereira Kaxinawa.



O SR. JOSIAS PEREIRA KAXINAWA - Bom dia. (*Manifestação em língua indígena.*)

Eu sou mana huni kuin, Josias Pereira Kaxinawa. Sou do povo huni kuin, da Terra Indígena Kaxinawa, do Município de Jordão, no Estado do Acre.

Sou um líder, representante da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre — AMAAIAC. Represento 15 povos, trabalhando com 34 terras indígenas no Estado. Nós somos um guerreiro guardião da floresta, um educador ambiental, que vem trabalhando durante 20 anos com a comunidade, com as lideranças, com os nossos homens e mulheres e com a escola.

Nós somos trabalhadores, produtores, cuidadores da nossa terra, dos nossos recursos naturais, dos nossos conhecimentos tradicionais, plantando, produzindo, cultivando, transformando um sistema agroflorestal, associado com várias espécies, trabalhando com vigilância e fiscalização, cuidando do nosso lixo, da recuperação da mata ciliar e da valorização cultural, com alegria, com harmonia, com felicidade, com os nossos povos.

Não queremos trabalhar com soja e com semente transgênica. Queremos trabalhar com adubo orgânico, com adubo natural, com sementes tradicionais. É isso que estamos querendo manter e assegurar.

Já temos resultados, através da mudança climática no Estado, porque a gente vem trabalhando com os povos. Estamos batalhando, não estamos criando a roda. Esse é o nosso trabalho. E vimos trabalhando com outros agentes agroflorestais, pedindo uma força, uma alegria. Nós queremos defender, salvar a Amazônia e o nosso povo. No momento é o que estamos querendo.

Eu estou aqui para participar do terceiro módulo do curso *Formação em Mudanças Climáticas e Incidência Política*, o que é um prazer. E quero agradecer à Comissão Pró-Índio do Acre, à Rede de Cooperação Amazônica — RCA e ao Instituto Socioambiental — ISA.

O Estado tem que cumprir seu papel, como o Estado do Acre está fazendo. Ele tem que considerar, tem que receber, tem que se atualizar, tem que acompanhar, tem que ajudar no que estamos trabalhando, porque estamos fazendo um bom trabalho.



Estamos chegando aqui nesta Casa. E o que está acontecendo? Nós queremos fortalecer a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas — PNGATI. Queremos que ela funcione, reconheça sua função e tome essa responsabilidade. Queremos fortalecer o Plano de Gestão de Terras Indígenas, porque estamos trabalhando e mostrando resultados. O que estamos querendo é o reconhecimento da categoria dos agentes agroflorestais, dos agentes ambientais, dos agentes socioambientais, dos agentes de manejo, porque vamos estar abraçando o mundo com o Estado. Sem nós, vocês não são nada; sem vocês, também não somos nada.

Então, vamos nos abraçar e pedir apoio, porque o que está acontecendo é sério, não é brincadeira, não. É sério o que está acontecendo com os nossos recursos naturais, com a caça, com a pesca, com a onça, com a arara, com a nossa floresta, com a biodiversidade. Isso que estou pedindo, com a força da natureza, com a mãe natureza, é para ajudar o planeta, o mundo. É isso que quero compartilhar com vocês.

Nós estamos precisando de um representante aqui na Câmara. Eu estou procurando meus parentes indígenas. Temos que ter uma pessoa, um índio na Câmara, um índio no poder, para nos defender e também para somar com um bom trabalho. *(Manifestação em língua indígena.)*

Aqui nós chegamos. Nós estamos conversando com vocês. Nós queremos levar uma mensagem para nossa comunidade.

Está aqui com vocês um índio mensageiro da floresta para ajudar nossa Amazônia. *(Manifestação em língua indígena.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Josias.

Passo agora a palavra a Iannuzy Tapajós Mota.

A SRA. IANNUZY TAPAJÓS MOTA - Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu sou Iannuzy Tapajós, do povo tapajó, de Santarém, no Pará. Sou Vice-Coordenadora da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira — UMIAB, faço parte do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas — CIMC e da Câmara Técnica de Pacto Federativo.



Srs. Deputados, ambientalistas, lideranças indígenas, parceiros, bom dia. Os grandes empreendimentos na Amazônia têm impactado a vida dos povos indígenas, especificamente na região do Pará, no oeste paraense, no Médio e Alto Tapajós. Esses empreendimentos têm colocado em risco a nossa vida, a vida dos povos que fazem parte daquela região.

A construção de hidrelétricas, como a de Belo Monte e a Teles Pires, está ameaçando a cada dia que passa os nossos rios. A construção de portos graneleiros e de portos viários e a plantação de soja atingem a nossa mãe terra, atingem tudo que é mais sagrado na nossa área, nos nossos territórios.

Os nossos rios, as nossas matas, as nossas pedras e as cabeceiras estão ameaçadas. Esses impactos causam grandes mudanças climáticas, que atingem principalmente a nossa agricultura familiar, que é indígena, da qual nós tiramos o nosso sustento, o sustento para a nossa família e o sustento econômico e social dos nossos povos. A nossa agricultura é indígena, é tradicional e precisa ser respeitada, mas ela está ameaçada devido às mudanças climáticas que estão acontecendo no nosso País e no mundo, devido a esse modelo de desenvolvimento errado que os políticos, que as pessoas, que todos estão querendo construir dentro dos nossos territórios.

Não podemos manter uma roça viva, porque a qualquer momento o fogo chega e a mata. Não conseguimos manter a nossa família, se nós não tivermos roça, árvores e sementes, porque, por meio desses recursos, nós sustentamos economicamente cada um, cada povo, cada filho e cada neto.

Com isso, eu quero expressar, particularmente, o meu repúdio à maneira pela qual o Sr. Deputado Nilson Leitão está querendo realizar o Encontro Nacional de Agricultura Indígena. Ele usa este termo: *“Precisamos debater a agricultura indígena, ensinar o índio a explorar a sua terra e, principalmente, o minério”*. Muita gente enriquece, só não o índio. E eu digo que nós indígenas somos ricos. Não precisamos que nos ensinem a explorar as nossas terras. Já temos conhecimentos tradicionais e técnicas trazidas através dos nossos ancestrais, dos nossos antepassados. A mineração tira a floresta, e nós não queremos explorar, queremos preservar.



E digo mais aos Deputados, aos Senadores e a todos os que nos ouvem que não usem deste encontro para dizer que nós povos indígenas fomos consultados. Respeitem a Convenção 169, a Constituição Federal e os direitos dos povos indígenas.

Demarcação já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Iannuzy.

Passo a palavra agora a Paulo Silva Marubo.

O SR. PAULO SILVA MARUBO - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Mesa, em nome do Deputado Nilto Tatto.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos parceiros que deram esta oportunidade a todos nós.

Centenas de parentes estão buscando esta oportunidade para falar das situações que eles enfrentam. Então, diante desse contexto, agradeço aos parceiros do movimento indígena e às lideranças que estão aqui.

Diante dos senhores eu gostaria de deixar um recado em relação aos problemas que enfrentamos no território e de apresentar também a preocupação que temos com os nossos territórios.

Nós povos indígenas estamos sofrendo as consequências da ação humana. Quero aqui mencionar os impactos, as mudanças climáticas que afetam a nossa terra, para que, juntos, busquemos soluções. Em virtude da ação humana, os nossos rios e lagos estão ficando rasos; os animais estão sumindo; e os espíritos que protegem a vida da natureza estão sem forças, segundo os nossos pajés, porque a cada ano aumenta o desmatamento, e a presença dos garimpeiros na nossa região tem aumentado nos últimos 7 anos.

Nesse contexto, os garimpeiros e madeireiros ilegais em torno e dentro da Terra Indígena do Vale do Javari são tão fortes que estão chegando e tirando a vida, inclusive dos povos indígenas, que não têm contato com a sociedade ocidental, que não têm como se defender politicamente.

A destruição da natureza causa muitos impactos em nossas vidas, ou seja, na vida de todos os seres que existem e que dependem da natureza. Dela tiramos o nosso sustento. O homem branco continua explorando as riquezas que nela existem e assim contribuindo com o agravamento das mudanças climáticas.



Diante desse contexto, a única esperança de um futuro melhor para os nossos filhos e filhas, o povo brasileiro, é que as políticas de gestão territorial indígenas e de conservação ambiental sejam implementadas e garantidas, de fato, com a participação de lideranças indígenas. Então, essa é a situação.

Aproveito esta oportunidade para relatar também a situação da Terra Indígena do Vale do Javari em relação aos isolados que vivem lá. Sabemos que na Terra Indígena do Vale do Javari se concentra o maior número de índios isolados do mundo. Então, o desmatamento do sul da terra indígena cada vez mais está aumentando, a poluição dos igarapés, dos rios e dos lagos também está aumentando, e nós não temos, digamos, o apoio do Estado para chegar até esses locais e dizer a eles que não podem fazer isso e que devem respeitar a população indígena, que depende dessas riquezas.

Também as bases estão sendo fechadas. E eu sempre digo que não somente o Estado está esquecendo a Terra Indígena do Javari, mas as outras instituições parceiras também não estão preocupadas com o nosso território.

Eu deixo esta mensagem em nome da Terra Indígena do Vale do Javari, que é ocupada por seis povos diferentes, fora os isolados, que ali também vivem.

Gostaria de agradecer mais uma vez pela oportunidade de estar aqui dando este recado aos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Paulo.

Registro a presença do Deputado Adilton Sachetti.

Passo a palavra a Yakari Mehinaku Kuikuro.

O SR. YAKARI MEHINAKU KUIKURO - Bom dia a todos e a todas que estão aqui presentes.

Quero cumprimentar primeiramente a Mesa, os parceiros e os parentes que estão aqui conosco desde a semana passada.

Eu quero falar o meu nome. Eu sou o Yakari Mehinaku Kuikuro, venho do Parque do Xingu, de Mato grosso. O Deputado Nilto Tatto já foi lá. Eu quero falar sobre o nosso plano de gestão. Eu sou neto do grande Naro, que foi pioneiro do Xingu e tradutor da fala de Orlando Villas-Boas no Parque Indígena do Xingu.



Eu estou aqui como mensageiro e porta-voz da Associação Terra Indígena do Xingu — ATIX, que representa 16 povos, uma população de aproximadamente 8 mil pessoas, que hoje está trabalhando em cima do nosso plano de gestão.

Por que construímos o plano de gestão? Para a gente saber explorar, saber trabalhar em cima do território. Vocês sabem que o coração do Brasil, o Parque Indígena do Xingu — atualmente estamos chamando Território Indígena do Xingu — virou uma ilha de floresta, por causa do desmatamento em torno do parque. Nove Municípios estão crescendo cada vez mais. Estamos nos sentindo muito pressionados pelos fazendeiros. Como estamos sendo apertados pelo desmatamento, trabalhamos com o Rede de Sementes, para salvar o mundo. Já que todos os países estão falando sobre mudança climática e aquecimento global, por que os financiadores não olham o nosso território, não demarcam as terras indígenas para respirarem melhor? Precisamos desse apoio. O único país que está nos ajudando é a Noruega, que sempre está firme — gostamos muito desse país.

Os nossos jovens estão trabalhando com o Rede de Sementes para salvar o mundo. Eu trouxe este livro aqui: *O que será de nossas sementes? Pesquisa intercultural sobre as mudanças climáticas no Xingu-Araguaia*. Este livro foi feito pelos jovens que estão trabalhando e que estão fazendo parte do Rede de Sementes no Xingu.

Também quero falar sobre a agricultura familiar. Por enquanto, nós plantamos para sustentar a família, não para comercializar em escala — por enquanto ainda não. O sentido anti-índio está marcando essa conferência do dia 10. Não precisa nos obrigar a fazer isso. Se um dia nós explorarmos o nosso território, ele não será suficiente, e vamos querer tomar a terra dos fazendeiros que estão em volta do nosso território?

Então, era isso o que eu queria colocar para todo mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Yakari.

Passo a palavra a Francisco Carlos Dipeta.

O SR. FRANCISCO CARLOS DIPETA - Meu bom dia a todos.

Eu sou Dipeta Tuxá, do povo tuxá, que está neste momento na sua terra, na Bahia, solicitando a demarcação do seu território. Sou Coordenador da Articulação



dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo — APOINME, no norte do Estado da Bahia, representando-a no nordeste e leste. Quero dizer que as fronteiras do clima ultrapassam biomas, nações e países.

Neste momento, eu quero falar de um velhinho que amanhã estará completando 513 anos de descobrimento. Este velhinho foi atingido pelas capitânicas hereditárias, pela criação de gado, pelos bandeirantes, pelas hidrelétricas, pela monocultura, pela agricultura com uso de água em grande escala. Esse velhinho abastece água para 13 milhões de pessoas. Esse velhinho corre numa extensão de 2.900 quilômetros. Esse velhinho sofrido amanhã estará completando 513 anos de descobrimento, e suas veias já estão desidratadas. Quem é esse velhinho? É o Rio São Francisco. (*Palmas.*) Eu faço aqui a representação dos povos que ali estão, na Bacia do São Francisco, não só as comunidades indígenas, mas as comunidades quilombolas, as comunidades de fundo e fecho de pastos, as comunidades pesqueiras, as comunidades ciganas e todos os que ali estão.

Quero dizer que o Rio São Francisco tem sofrido. Anualmente, ele tem sido atacado com 23 milhões de toneladas de sedimentos jogados dentro dele. Isso por conta do desmatamento. Desmatam as florestas, e isso tem acontecido com o Velho Chico.

Quero dizer que lá em Minas Gerais tem a Hidrelétrica de Três Marias. Quero dizer que, entre Bahia e Pernambuco, tem a Hidrelétrica de Sobradinho. Descendo mais abaixo, nós temos a Hidrelétrica de Itaparica, que fica no Estado de Pernambuco e no Estado da Bahia. Mais abaixo um pouco nós encontramos no Complexo de energia de Paulo Afonso a Usina Apolônio Sales. São quatro hidrelétricas no Complexo Paulo Afonso. Mais abaixo, nós encontramos Xingó. Tudo isso tem mundialmente afetado o clima, não é só no nordeste e leste.

No dia 15 de setembro nós tivemos uma audiência pública na cidade de Paulo Afonso com todo o público que representa o Rio São Francisco. À audiência pública se juntaram os ribeirinhos, os indígenas e os quilombolas, todo esse público, para dizer a este Governo o seguinte: não à privatização da CHESF! Se privatizar a CHESF, o chinês leva junto o Rio São Francisco. Há um grande interesse do chinês na extensão do Rio São Francisco. Se privatizar a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, vai junto o Rio São Francisco. E nós não queremos isso de forma



alguma. As comunidades indígenas estão em torno do São Francisco antes do descobrimento do rio pelos portugueses e pelos colonizadores.

Nesse sentido é que eu trago esta fala. É uma fala de agonia do Velho Chico. É uma fala de agonia dos povos que ali estão. E, pensando no Velho Chico, preservem o que nós temos, a caixa-d'água do Brasil, o Cerrado, porque, se não for preservado o Cerrado, podem esquecer a água neste País. Tudo começa aqui no Cerrado. Se não se revitalizar, se não parar com o que vem acontecendo, com esses grandes projetos desenfreados, somente se baseando na economia de mercado, nós vamos ficar sem água neste País.

É nesse sentido que eu quero dizer: *tatu xamaraká katy (ininteligível) Opará*. Tudo pode acontecer com a força da natureza, com o Rio São Francisco. Opará é o grande rio-mar, o Rio São Francisco.

Representando a APOINME, eu trago este recado, um recado meio tímido dos povos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Também não esquecemos de dizer: o Jaraguá é guarani!

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Francisco.

Passo a palavra a Maurício Tomé Rocha.

O SR. MAURÍCIO TOMÉ ROCHA - Bom dia a todos.

Quero agradecer pela oportunidade ao Deputado Nilto Tatto. Agradeço também a presença do Aílton Krenak e do Davi Kopenawa Yanomami.

Meu nome é Maurício, do povo ye'kuana, moro na Terra Indígena Yanomami. Hoje o País a considera como os índios de recente contato e como a maior terra indígena demarcada no Brasil. Aproximadamente 24 mil indígenas vivem naquela terra indígena.

Também quero agradecer a presença de todos os parentes da Amazônia, do Nordeste e do Sul. Fico feliz por eles estarem aqui com a gente.

Deixo uma mensagem, um recado para as autoridades que estão aqui, que ficam nesta Casa: o que muda, o que transforma, o que tem grande potencial transformador são as coisas pequenas, coisas pequenas que a gente não consegue ver, não consegue enxergar. Mas coisas pequenas não despertam o interesse do Governo. Por isso estou falando de coisas pequenas que têm grande potencial



transformador. Não são as grandes obras que vão fazer a diferença neste País. As grandes obras só afetam, contribuem muito para a questão das mudanças climáticas.

Um exemplo disto, de coisas pequenas, é a agricultura familiar, que foi citada na fala dos demais parentes.

Nós indígenas sobrevivemos da agricultura, da coleta de frutas, da pesca — sobrevivemos disso. E durante a minha estadia, onde eu cresci, vivi plantando e colhendo mais à frente. Então, consigo olhar nesse sentido.

Outro exemplo que quero colocar aqui de coisa pequena é o seguinte: é a grande obra que faz a grande destruição, que raspa a terra. As formiguinhas trabalham para poder voltar novamente. Elas buscam o que é destruído e colocam dentro da terra. Então, elas trabalham para poder voltar ao normal. Mas a ganância do homem branco, as grandes máquinas que destroem são muito superiores ao trabalho das formigas.

Também quero colocar a questão do agronegócio. O agronegócio não produz comida. O agronegócio gera lucros, traz pessoas, cada vez mais cresce e contribui muito para o desmatamento. E o agronegócio compromete a saúde da população brasileira, porque injeta muito veneno, que traz doenças para a sociedade.

Então, eu só queria colocar essas questões, esses pontos.

Demarcação já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Maurício.

Registro a presença do Deputado Roberto Balestra.

Passo a palavra agora a Mauro Pedrosa.

O SR. MAURO PEDROSA - Bom dia a todos.

O meu nome é Mauro, sou da etnia tukano, do Município de São Gabriel da Cachoeira. Neste momento represento a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro — FOIRN.

Eu gostaria de ressaltar e compartilhar os nossos trabalhos de pesquisa sobre mudanças climáticas.

No Rio Negro, nós somos, mais ou menos, 50 pesquisadores indígenas. Ao longo do nosso trabalho, juntamente com conhecedores tradicionais, percebemos que as mudanças climáticas estão devastando cada vez mais a nossa mãe terra. E



também percebemos que o nosso ciclo anual tradicional está mudando muito. Verão e inverno, colheita e plantio, tudo isso não está ocorrendo no tempo certo.

Além desse fato, os indicadores de verão e inverno e de outras estações também estão sumindo cada vez mais. A lagarta é um exemplo que eu posso dar aos senhores. Elas são os indicadores de verão. Mas hoje em dia, ninguém as vê mais.

E além desses trabalhos de pesquisa que estamos desenvolvendo, nós conseguimos registrar 300 espécies de maniva, ou seja, mandioca brava. Com esse plantio, nós estamos produzindo farinha, tapioca, goma, beiju e muitos outros. E, além desse cultivo, também estamos plantando banana, abacaxi, cará e até pimenta. A pimenta é um dos alimentos que não podem faltar na nossa mesa, porque, sem pimenta, a comida não tem gosto para nós. E hoje em dia estamos produzindo essa pimenta, ou seja, estamos produzindo jiquitaia, a pimenta socada. Além desses produtos, estamos produzindo cerâmica, artesanatos e muitos outros. Mas não temos apoio. Portanto, aqui queremos pedir que pelo menos nos apoiem para que possamos alcançar o nosso objetivo.

Também quero dizer que aquele trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo não é reconhecido por vocês. Peço que reconheçam e valorizem o nosso trabalho de pesquisa, porque essa pesquisa que nós estamos desenvolvendo é igual à dos universitários. Portanto, nós queremos que vocês reconheçam e valorizem os nossos trabalhos de pesquisa.

Esse tipo de trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo nós chamamos de escola diferenciada. Esse trabalho ajuda muito os alunos também. São fatos importantes que nós estamos trabalhando lá, e, como já ressaltai, falta apoio.

Por fim, quero agradecer a V.Exa. por nos ter acolhido neste plenário e quero agradecer também a todas as pessoas que lutam em favor do nosso trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Mauro Pedrosa.

Passo a palavra agora para Armindo Góes.

O SR. ARMINDO GÓES - (*Ininteligível*), Mesa, especialmente o Exmo. Sr. Nilto Tatto, parentes, lideranças de base, lideranças que estão à frente das



organizações indígenas, agradeço, parceiros, por esta grande oportunidade dada a nós lideranças.

Gostaria de dizer para a sociedade que a palavra *yanomami* não significa índio, significa verdadeiro humano da floresta. Eu trago a mensagem a esta plenária de como os povos ianomâmis tradicionais, pajés interpretam a sinalização da floresta, como compreendem os avisos que são dados, para que a população entenda isso e sobreviva.

Meu nome é Armindo Góes Yanomami. Moro na região de São Gabriel da Cachoeira, próximo ao Pico da Neblina. Sou membro da Hutukara Associação Yanomami, que fica localizada em Boa Vista. Davi Kopenawa é o presidente dessa organização.

Diante deste contexto de mudanças climáticas, nós povos ianomâmis interpretamos que o ser natureza é maior. Não existe outro ser maior que ela. Essa visão, essa interpretação eu trago como uma reflexão para a sociedade não indígena da seguinte maneira. A natureza é composta de diversos elementos, de diversos seres que fazem a composição da vida dela. Essa reflexão é muito válida, valorizada e indicadora. Quando a natureza apresenta sinais, essa experiência precisa ser valorizada.

Então, o primeiro ser é a Terra. Há o espírito da Terra, o espírito do tempo, o espírito do sol, o espírito da floresta, o espírito da água. São esses seres que compõem a vida da natureza. Somos seres que têm vida e que expressamos o que sentimos. Em si, a natureza se expressa através dos seus sinais. Essas composições, quando se sentem impactadas pela ação da humanidade, elas apresentam sinais, elas incomodam a humanidade, fazem a humanidade sentir isso. Começam então a apresentar o tempo ruim. A ciência humana, a ciência não indígena começa a se preocupar com o seu comportamento depois de avançadas as mudanças.

Eu gostaria de apresentar um exemplo. Na Terra Yanomami, pegou fogo que não consideramos natural. É um exemplo muito preocupante. No ano passado, pegou fogo na Terra Yanomami. Eu não gostaria de deixar de falar isso. O ianomâmi está preocupado. O alerta já tínhamos visto. O homem branco, através do seu aparelho, descobriu esse alerta para a humanidade, no mundo.



Este é outro ponto que eu não deixaria de falar. Quando falamos da vida da natureza, estamos falando, ao mesmo tempo, da vida da humanidade. Hoje em dia, na Terra Yanomami, em Maloca Papiú, Haxiú, Uraricoera, povos ianomâmis estão se sentindo em insegurança, estão sendo controlados pelos garimpeiros.

Era só isso que eu gostaria de mencionar.

Muito obrigado pela oportunidade dada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Armindo.

Passo a palavra agora para Estevão Bororo.

O SR. ESTEVÃO BORORO - Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Sras. e Srs. Parlamentares, representações institucionais, governamentais e não governamentais, demais representações aqui presentes.

Eu agradeço a esta Casa Legislativa, ao Deputado Nilto Tatto pela oportunidade de usarmos este espaço para falar sobre as nossas percepções com relação às mudanças do clima.

Eu sou Estevão Bororo, da etnia bororo. Também nos autodenominamos de *boe*, (*ininteligível*). Eu sou bororo, sou do Estado de Mato Grosso. Em minhas atuações representativas, eu também sou membro do CIMC — Comitê Indígena de Mudanças Climáticas, que se reúne para discutir, debater, propor a questão das mudanças climáticas junto às demais populações indígenas.

Eu venho de um Estado que tem uma diversidade étnica muito grande, tanto étnica como linguística. Há diferentes povos, diversas línguas, têm sua cultura, suas visões e entendimentos de mundo. Eu venho de um Estado também que se orgulha do seu protagonismo na economia brasileira, em nome da tal balança comercial.

Mas eu quero ressaltar aqui que nós estamos falando das percepções de mudanças climáticas, e eu venho de um Estado que abriga em seus territórios três grandes biomas importantes: o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado, como chamou atenção aqui o nosso Guerreiro, sobre a preocupação com relação ao Cerrado.

Em todos esses biomas existem terras indígenas, com suas populações, com seus ecossistemas, com sua biodiversidade. Percebem muitas mudanças em várias esferas, em várias escalas de entendimento, percebem esses impactos que estão acontecendo.



E se fala muito que o mundo está globalizado. Eu costumo refletir assim: por que, então, dar importância à questão das terras e das populações indígenas? Vamos globalizar nossa importância ambiental, no sentido de que as terras indígenas exercem, apresentam positivamente um serviço ambiental não só para a região, mas também para a humanidade. Essa é uma das questões que percebemos. Em vários contextos socioculturais, povos indígenas estão sentindo isso.

Eu quero ressaltar uma questão, um fato concreto até com relação ao meu próprio povo bororo. Algumas lagoas, que chamamos de *curugas*, são referências ambientais para a nossa vida espiritual. O povo bororo precisa das lagoas, e algumas lagoas em algumas terras bororos não estão tendo mais água em abundância, porque o tempo está mudando. Os espíritos precisam dos seus cantos, nós precisamos fazer nossos artefatos cerimoniais, como é o caso do Manu Paru. Nós temos que buscar esses materiais, essas matérias-primas em alguns ambientes que, muitas vezes, não dão mais isso em abundância. O nosso medo é que isso venha a se acabar com o tempo.

Eu quero deixar registrado aqui também que, em Rondonópolis, neste ano, aconteceu um grande incêndio. Rondonópolis passou neste ano por uma grande seca. Sofreu com um grande incêndio e uma grande seca. E os regionais, infelizmente, salvo as exceções, trouxeram um grande preconceito com relação ao povo bororo, dizendo que o povo bororo da Terra Indígena Tadarimana estava tacando fogo ali e que isso era culpa dos índios. A saúde em Rondonópolis estava se agravando, e isso era culpa dos índios. Não, pelo contrário! O povo bororo não caça com fogo. E questão positiva eles não veem, porque Tadarimana é o pulmão de Rondonópolis, exerce uma função ambiental muito importante.

Então, eu quero deixar isso registrado, em nome de Tadarimana, que sofreu este ano com esse preconceito com relação aos incêndios. Pelo contrário, os índios com o Secretário de Meio Ambiente estiveram lá, juntos, para apagar o incêndio.

Para encerrar, eu queria deixar uma mensagem bem simbólica aqui com relação à cidadania. Nós somos verde-amarelos e urucum. Esse verde-amarelo também tem o urucum dos nossos rostos, do nosso espírito de luta. Esse verde-



amarelo e esse urucum clamam por uma política de Estado que dê lugar para todos. Nós somos verde-amarelos e urucum.

Demarcação já!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Estevão.

Passo a palavra para Soleane Manchineri.

A SRA. SOLEANE MANCHINERI - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Nilto Tatto.

Gostaria de dizer que a autonomia indígena começou quando houve o contato, durante o contato e após o contato. Nós temos uma história, nós temos tradições, nós temos cultura. A questão do marco temporal veio para desestabilizar o pensamento indígena, as tradições indígenas. Então, não ao marco temporal!

Está garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que os direitos dos povos indígenas sejam assegurados e reconhecidos. Já foi uma conquista que os Estados concordassem em assinar essa convenção. Nós temos o direito de viver da maneira como desejamos, porque esses direitos, que são reconhecidos, mas estão sendo violados, pertencem a nós povos indígenas, porque nós já estávamos vivendo nesta terra. E essas histórias estão sendo marginalizadas, deixadas de lado, não estão sendo reconhecidas.

O nosso trabalho em relação às terras indígenas também não é reconhecido. Cito a questão das parteiras, dos agentes agroflorestais indígenas. Nenhum trabalho dentro do território indígena é reconhecido. Então, para que haja autonomia nesses territórios, é preciso o reconhecimento da história indígena, da luta, desse elo também com a ancestralidade. Ela tem valor, os conhecimentos tradicionais têm valor.

Hoje nós percebemos que o mundo está passando por uma transformação drástica, pelo mau uso dos recursos naturais. Nós observamos em vários lugares que a terra pede socorro, e quem cuida da natureza são as pessoas que moram na floresta, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais. Eles têm esse conhecimento. Então, nós precisamos ser valorizados.

O Acre estava passando por enchentes há vários anos, mas houve um tempo em que tivemos escassez e tivemos que entrar em estado de calamidade, porque



não havia água para plantar. Muita gente não plantou mais nada. Neste ano, já aconteceu uma tragédia em Miami. Então, percebemos que o mundo pede socorro.

Nós temos que ter a consciência de criar mecanismos que façam sobressair essa adaptação a novos climas. Está acontecendo degelo, a natureza está diminuindo as espécies de animais, de sementes. Então, nós temos que ter essa preocupação, não só o homem indígena, mas também os homens não indígenas, toda a sociedade envolvida.

Como nós estamos passando por problemas mundiais, é necessário que haja essa interação entre os conhecimentos tradicionais e a ciência, porque ninguém é melhor do que ninguém. A natureza está atingindo todos, independentemente de raça, cor, pobreza ou riqueza. Nós estamos sendo afetados, e os povos indígenas precisam ser reconhecidos como uma categoria que contribui para a melhoria da humanidade, não só os povos indígenas, mas também os quilombolas, todas as pessoas que moram na floresta, que cuidam dela, as organizações indígenas. Nós precisamos desse apoio de toda a comunidade, de toda a sociedade civil, engajada nesse novo meio que cuida da floresta, dos rios, dos animais.

Uma vida é muito importante. Quando morre um animal, morre um espírito na floresta. Quando é derrubada uma árvore, também é removido um espírito da floresta. Então, precisamos ter cuidado com tudo e reconhecer que essas coisas têm um dono, que são os espíritos ancestrais, que estão lá desde muito tempo. Antes de o homem estar aqui, eles já estavam.

Eu agradeço mais uma vez esta oportunidade. Sou muito grata. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Soleane.

Passo a palavra para Ana Roberta Uglô.

A SRA. ANA ROBERTA UGLÔ PATTÉ - Bom dia, meus parentes. Bom dia, Sr. Deputado. Meu nome é Ana Patté — não foi colocado meu sobrenome, mas eu sou Patté. Sou do povo xoclungue, de Santa Catarina, da Região Sul, daquela região que foi colonizada por alemães e por italianos, que invadiram o nosso território guarani, caingangue, xoclungue do sul. O nosso território tradicional de cultivo, de plantação eles invadiram para plantar soja, milho e criar animais de corte.

É nessa região que o Governador recebe os indígenas e diz que pode tratar de qualquer assunto, menos de demarcação de terras. Então, o que nós vamos



tratar com um Governador que nos atende e não quer falar de demarcação de terra? Para nós, demarcação de terra é vida, é saúde, é educação. Demarcação de terra significa a nossa luta lá no Sul. Infelizmente, estou aqui sozinha representando a Região Sul. O maior número de Deputados lá é de ruralistas e anti-indígenas, com exceção do senhor. *(Risos.)*

O Estado demite a Profa. Eunice Kerexu, por ser uma cacique que participa da retomada do seu território. Infelizmente, só assim conseguimos o nosso território tradicional no Sul, onde não são demarcados os nossos territórios, as nossas terras.

É dessa região o Deputado Heinze, que chama os índios de índios genéricos e diz que índios, quilombolas e gays são pessoas que não prestam.

Nessa região, fazem PECs e PLs contra os povos indígenas. Nós indígenas do Sul somos invisibilizados, mas sofremos o maior ataque. Indígenas do Sul sofrem ataque, e isso é invisibilizado. Um exemplo disso são os empreendimentos instalados, como barragens, hidrelétricas, PCHs, que são Pequenas Centrais Hidrelétricas, “pequenas” — entre aspas.

Segundo pesquisas sobre mudanças climáticas, na Região Sul haverá o aumento do nível de chuva. Em função disso, a nossa preocupação também vai aumentar. Haverá também o aumento na construção de hidrelétricas e barragens. Um exemplo disso é a barragem na Terra Indígena Laklãnõ, onde eu resido, que foi construída para contenção de cheias, para prevenção nas cidades próximas, como Blumenau e Indaial. Em nenhum momento eles pensaram nos indígenas que vivem na região acima daquela barragem, nos xoclungues-laklãnõs, como nos autodeterminamos, nos guaranis e nos caingangues que vivem naquela região.

Infelizmente, sabemos que isso crescerá, porque é dessa forma que eles acham que o Brasil crescerá, com energia sustentável, que para nós não é.

Outro exemplo são os testes de *fracking* que estão fazendo na Região Sul, como o senhor já tem conhecimento. Mas o que é *fracking*? É o fraturamento hidráulico, uma tecnologia de extração de gás, um gás tóxico, não convencional, pois está abaixo dos lençóis freáticos. E isso atingirá o Aquífero Guarani. O Aquífero Guarani é o maior aquífero de água potável do mundo, é um dos maiores.

O que nós queremos? Nós queremos água potável ou gás tóxico, que acabe com a fertilização de mulheres ou que extermine não só os povos indígenas, mas



também os brancos que residem naquele território? Aquele território era nosso e foi ocupado. É nosso! Foi ocupado. A única forma de voltarmos para o nosso território é a da autodemarcação. Pensamos na crise hídrica que estamos sofrendo hoje. O que nós queremos? Nós queremos gás tóxico ou água potável? Fica essa reflexão para todos nós.

Peço a demarcação das terras indígenas do Sul.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Ana.

Passo a palavra para Jatuta Wajãpi.

O SR. JATUTA WAJÃPI - (*Ininteligível.*) Bom dia, Srs. Parlamentares, Senadores, Deputados, lideranças que estão aqui presentes.

Meu nome é Jatuta Wajãpi. Eu sou do povo waiãpi no Estado do Amapá. Eu moro na Terra Indígena Waiãpi, que está localizada entre os Municípios de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari.

Eu vou falar sobre a RENCA — Reserva Nacional de Cobre e seus Associados. Isso pega sete unidades de conservação e duas terras indígenas. Eu sei que essa RENCA foi criada em 1984. Isso foi criado ontem. Os waiãpis já viviam há muito tempo lá. Os waiãpis, há muitos anos, estão lá cuidando das florestas, fortalecendo seus conhecimentos. Então, ali, na área da RENCA, não pode haver exploração de recursos naturais nem empreendimento. O Governo tem que consultar os povos indígenas waiãpis antes de tomar qualquer decisão administrativa ou legislativa que afete nosso modo de vida, nossos territórios.

Os povos indígenas no Amapá e no norte do Pará estão se mobilizando para defender as florestas na Amazônia, porque as florestas são muito importantes para nossa sobrevivência, representam nossa vida. Nós não destruimos as florestas. Sempre usamos os recursos de forma sustentável, pensando nas próximas gerações, no futuro. Nós indígenas da Amazônia brasileira dependemos diretamente das florestas, de onde retiramos alimento, água e outros recursos.

Por isso, nós estamos aqui falando em defesa da Amazônia e de nossos direitos. Nós indígenas não aceitamos a destruição das florestas, nós não aceitamos também retrocesso nos direitos dos povos indígenas. Uma vez aconteceu mineração em torno da Terra Indígena Waiãpi, e depois nós conseguimos paralisar isso,



através do apoio da FUNAI e do Ministério do Meio Ambiente. O Governo tem que consultar sempre os povos indígenas. A Convenção 169 diz que o Governo, o Estado tem obrigação de consultar os povos indígenas antes de tomar decisão que afete nossos direitos e nossos territórios.

Eu vou deixar uma mensagem para todos aqui. Nós já estamos percebendo que as mudanças climáticas são ruins para nós. Isso prejudica o pulmão do planeta Terra. Nós já estamos percebendo que isso vem através de desmatamento, de degradação, de emissão de gás carbônico. Isso está causando a mudança do clima no planeta Terra. Isso atinge populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, comunidades extrativistas. Não afeta somente os povos indígenas, afeta toda a humanidade, inclusive países importantes, países que fabricam muitas tecnologias.

Nós queremos pedir o apoio dos Senadores. Queremos que seja reconhecida a profissão dos agentes socioambientais indígenas waiãpis e agentes ambientais indígenas do Tumucumaque.

Demarcação já!

A Amazônia tem que ficar para sempre!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Jatuta.

Registro a presença do Deputado João Daniel, da bancada do PT, grande parceiro também da causa indígena.

Passo a palavra para Denizia Cruz.

A SRA. DENIZIA CRUZ - Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Denizia. Sou do povo cariri-xocó, que fica localizado num Estado que sofreu, até pelo processo histórico, uma degradação devastadora, assim como aconteceu no Estado de Sergipe. Sou membro da APOINME — Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Também faço parte do CIMC — Comitê Indígena de Mudanças Climáticas e da CNPCT — Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Minha fala vai se reportar mais aos impactos na Bacia do Rio São Francisco, que afetam diretamente os povos indígenas do Nordeste, principalmente as comunidades tradicionais.



Antes de falar sobre esses impactos, vou narrar um pouco a história de algumas mulheres que trabalhavam com barro. Hoje apenas sete mulheres fazem esse trabalho. O problema que tivemos com a seca do Rio São Francisco fez com que as lagoas secassem, e essas mulheres não tiveram mais como dar continuidade a esse trabalho. As mulheres do meu povo fazem a confecção da cerâmica para sustentar suas famílias. Hoje elas não fazem mais esse trabalho. Quando elas vão para as lagoas próximas do Rio São Francisco buscar o barro, não encontram mais aquele barro fértil. O barro que encontram, como elas mencionam na minha comunidade, não serve mais para fazer essa confecção, porque está contaminado. Há um processo de queima. Elas sabem que essa cerâmica vai virar potes para armazenar água, panelas para cozinhar alimentos, fazer comida. Esse barro não serve mais para essa confecção.

Isso se dá pelas modificações provocadas pela ação do homem e pelas inúmeras hidrelétricas que são construídas em alguns Estados. Todos nós aqui sabemos que a transposição modificou aquele habitat natural. A escassez hídrica que os povos estão vivenciando se deve a uma quantidade sucessiva de secas, mas isso também está aliado à falta de planejamento dos órgãos estatais com relação à gestão da água, dos recursos naturais, dos recursos hídricos, provocando a eliminação da pesca, da caça e da colheita dos frutos. Tudo isso vai afetar futuramente os meus filhos, os meus netos e os povos que ali residem.

Esse modelo de desenvolvimento econômico não condiz com o modelo sustentável de viver do povo indígena de todo o Brasil. Isso coloca os povos à margem, na miséria — a nossa parente Francisca falou sobre o que é exatamente riqueza e sobre o que é exatamente pobreza. As pessoas dizem que os povos indígenas são miseráveis, são pobres, não têm nada, mas nós sabemos que somos muito mais ricos do que as pessoas que investem milhões em indústrias, aquelas empresas nacionais e multinacionais que chegam a cada região, a cada Estado para fazer o seu convênio com as pessoas, para que tenham esse desenvolvimento que não condiz com o nosso modo de viver.

Mas aqui eu convido as pessoas que estão presentes, principalmente o Deputado Nilto Tatto, para que façam um *tour* na Região Nordeste e vejam como



está o Rio São Francisco. Vejam se de fato ele ainda está da forma como os povos indígenas o encontraram. Vejam a forma como foi feita essa degradação.

Nós, os povos aqui presentes e eu, estamos nesta Casa neste momento para dizer a vocês que esse modelo de desenvolvimento econômico e de governança está indo de encontro à natureza, ao modo natural de ser de cada pessoa, de cada povo e de cada região. Com esse modelo, a natureza está ficando cada vez mais doente. O seu pulmão está fraco, o seu coração está batendo lentamente, e o seu cérebro já está morto.

Muito obrigada por ter me dado a oportunidade de falar um pouco do Nordeste, que é muito esquecido. Nós não temos mais nada a oferecer, não é? Só as outras regiões podem fazer isso. O Nordeste não tem mais nada.

Agora eu digo a vocês que, se não tiverem cuidado, se os povos aqui presentes não lutarem, o que as pessoas acham que deu certo no Nordeste vai acontecer em todas as regiões, e não é isso o que nós queremos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Denizia.

Registro a presença do Deputado Átila Lira, do PSB do Piauí, que também já foi Presidente desta Comissão.

Registro que o Deputado João Daniel conseguiu que fosse aprovado por esta Comissão — na penúltima reunião, acho — um requerimento de audiência pública para debater a situação do Rio São Francisco. Depois ele vai dar mais informações.

Passo a palavra para Viseni Wajãpi.

O SR. VISENI WAJÃPI - Bom dia, Brasil. Bom dia, Senadores e Deputados que estão aqui. Este é um momento muito importante para nós povos indígenas do Brasil.

O meu nome é Viseni Wajãpi. Moro no Estado do Amapá, no Município de Pedra Branca do Amapari, na Terra Indígena Waiãpi. Eu faço parte do Conselho das Aldeias Wajãpi — APINA, que é a nossa organização.

Vou contar um pouco da história sobre o planeta narrada pelo meu povo waiãpi. Quem está vivendo no planeta agora tem que ouvir o que eu vou narrar para o mundo e para o Brasil e para os Deputados e Senadores, principalmente.



Antigamente, nós tínhamos uma terra, um planeta, onde viviam seres humanos, os nossos antepassados. Mas eles não souberam fazer a gestão desse planeta, não cuidaram bem dele. Isso causou grandes impactos e mudanças climáticas. Depois foi destruído pelo nosso criador, lanejar, esse planeta. Essa geração já se foi.

Agora nós estamos aqui, neste novo planeta, com grandes impactos que estão causando mudança climática novamente. O tempo está mudando cada vez mais. Por quê? Os humanos, esses que estão aqui agora, presentes, não souberam novamente fazer a gestão dos recursos naturais deste planeta.

Tudo isso não é culpa dos povos indígenas, é culpa dos não índios que estão explorando os recursos naturais de qualquer jeito, sem manejo sustentável. Por causa de grandes impactos, causados por indústrias, por derrubada de árvores, por mineração, hidrelétricas, vai acontecer com este planeta Terra o que aconteceu com o outro planeta. Os impactos nas terras indígenas e na Amazônia podem causar mudanças no futuro e podem acabar com o planeta.

Agora vou falar sobre a obrigação do Estado de consultar os povos indígenas. A Convenção 169 da OIT é muito importante para os povos indígenas e para as terras indígenas. Isso é importante para não haver violência contra os direitos dos povos indígenas. A consulta é um diálogo com os povos indígenas, com os governos. Esse é um processo para consultar os povos indígenas.

O Governo deve ouvir a comunidade dos povos indígenas, que podem ser afetados direta ou indiretamente pelos projetos grandes do Governo. É obrigação do Estado brasileiro perguntar, adequada e respeitosamente, aos povos indígenas sua posição sobre decisões administrativas e legislativas.

Nós waiãpis temos protocolo de consulta e consentimento waiãpi, que nós já fizemos. Nós somos pioneiros no uso dessa arma dos povos indígenas do Brasil, que vai servir para todos os povos indígenas do Brasil e do mundo.

Obrigado pela atenção, Brasil.

Amazônia já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Viceni.

Passo a palavra para Telma Taurepang.



A SRA. TELMA SANCHES TAUREPANG - Bom dia a todos. Bom dia, Deputado Nilto Tatto. Obrigada por este momento.

Agradeço também à RCA, ao ISA, que nos proporcionaram este momento, este momento de diálogo.

Neste momento, Deputado Nilto, estamos aqui com o senhor. Lamento por estar nos ouvindo aqui somente o senhor, que tem essa concepção de ajudar os povos indígenas.

Temos uma bancada que nos apoia? Fica uma dúvida entre nós, porque essa bancada que muitas vezes diz que está apoiando os povos indígenas é a mesma que está acompanhando um Governo golpista.

Eu acredito que este é um momento de reflexão. A Constituição de 1988 nos garante direitos, pelos arts. 231 e 232. A Convenção 169 também nos garante direitos. Temos o direito de determinar e de elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou a utilização de nossas terras ou territórios e nossos recursos. Isso está garantido no Artigo 32 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. E o que falta, Deputado, para aqueles que juraram no palanque da democracia nos defender? Hoje eles rasgam a própria Constituição. A nossa história não começou em 1988. A nossa luta começou antes. Estamos aí há mais de 500 anos.

Quero saudar aqui o senhor, em nome daquelas mulheres que nos antecederam e que hoje nos fortalecem para continuarmos ainda nessa luta.

O que podemos fazer, Deputado, depois de ouvir toda essa fala de nossos parentes, depois de ouvir o nosso Pajé Davi Yanomami, depois de ouvir Ailton Krenak, que acompanhou a elaboração desta Constituição? O que falta mais, Deputado? O que falta para esta Casa entender que nós somos povos originários? Eles se dizem tão inteligentes, com o seu conhecimento, e não conseguem assegurar o nosso conhecimento tradicional, o que nos mantém em pé hoje.

Deputado, sou Telma do povo taurepangue, do Estado de Roraima, atualmente na Coordenação da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Trabalhamos, somos resilientes, estamos aqui lutando pelo nosso povo.

A mulher indígena, antes de cuidar de si, cuida do seu próximo, cuida da sua casa. Ela busca manter a nossa mãe Terra viva, porque ela tem a percepção do



cuidado, ao buscar água para manter seus filhos, sua família, seu povo, ao buscar o seu alimento, ao buscar a semente para fazer os seus artesanatos.

Nós gostaríamos que vocês também tivessem isso. Como os nossos parentes já falaram, se a nossa mãe Terra vier a acabar com tudo, vai morrer todo mundo. Não vão morrer só os povos indígenas. Vocês brancos vão ser os primeiros a ser devorados, porque vocês estão dentro de um prédio.

Então, Deputado Nilto Tatto, nós gostaríamos que o senhor não fosse a maçã podre dentro desse cesto, mas que o senhor levasse ao entendimento desses com quem o senhor convive que nós somos seres humanos, que os povos indígenas mantêm o conhecimento tradicional, que nós precisamos das demarcações, que nós precisamos de nossas terras, porque, sem a nossa terra, como nossa parenta acabou de falar, nós não temos educação, nós não temos saúde.

Eu espero muito que tudo isso seja revisto por vocês que têm o poder da caneta.

Porque hoje, Deputado, o senhor pode estar aqui, mas amanhã pode ser um de nós, para lutarmos. Com o decorrer do tempo, nós temos aprendido que isso aqui, que essa caneta precisa ser usada. Nós estamos num momento de diálogo, não de usar borduna, Deputado, mas de ter a sabedoria de usar essa caneta.

Hoje nós mulheres somos 72%, mas não temos o poder de interferir em muitas coisas que nos afetam diretamente. Então, o que nós mulheres pedimos hoje — não só as mulheres indígenas, não só as mulheres quilombolas, não só as mulheres ribeirinhas, mas todas as mulheres —, aos senhores e a todos os que nos ouvem é apoio. Precisamos do apoio de todos vocês para manter as nossas demarcações, para que as demarcações de nossas terras sejam de fato homologadas, para que não haja interferência política nessas decisões, a não ser que entrem primeiro para nos consultar sobre o que queremos e como queremos.

Gostaria também de dizer que hoje nós temos essa grande contribuição para as questões das mudanças climáticas, que não só afetam vocês, como também nos afetam diretamente. Se nós andarmos juntos, se caminharmos juntos, aí sim, teremos um avanço maior, para contribuir com os nossos direitos, para fortalecer o nosso povo e também assegurar que os conhecimentos tradicionais que nós temos sejam vinculados a uma política pública.



Deputado Nilto Tatto, muito obrigada por este momento. Que nós possamos caminhar mais juntos.

O meu grande agradecimento. *(Manifestação na plateia. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Telma.

Terminada a rodada das experiências e dos depoimentos, e antes de abrir a palavra para os Parlamentares presentes, vou ler as questões que chegaram pela Internet. Os Deputados que quiserem poderão comentar as questões, o que o Ailton e o Davi farão depois, nas considerações finais.

Ronaldo Corvo mandou as seguintes perguntas:

Quais as ações da FUNAI e do governo em geral para levar ensino e tecnologia para os índios poderem ampliar seus conhecimentos e conseqüentemente a produção em suas áreas?

Quais as referências dos povos indígenas e dados registrados além da tradição oral são usados para sustentar as mudanças climáticas?

Para os líderes indígenas, considerando que eles já sabem que vivem em um mundo onde outros podem impactar na realidade deles, qual o papel dessas lideranças quanto à divulgação e promoção da preservação de suas áreas? Há algum tipo de busca de apoio à lei do governo? E a divulgação da situação?

Com o advento da internet, os indígenas têm utilizado as redes para se comunicar com outros indígenas de outras regiões do mundo? Se sim que experiência de como melhorar sua própria situação pode ser aproveitada de outros países?

Newton Nunes mandou a seguinte pergunta: *“Um compromisso diante do Acordo de Paris era o de zerar o desmatamento da Amazônia Legal e a de restaurar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, será que o país está realmente empenhado nisso?”*

José Aquino pergunta:



As concessões do atual governo brasileiro às bancadas do agronegócio, do boi, da bala e da grilagem de terras afetará as condições de vida dos povos indígenas e do planeta para manter um presidente corrupto. Vocês vão construir uma carta-denúncia hoje para levar à ONU e à COP 23? Se sim, assino.

Pergunta 2 de José Aquino:

Demarcação, retomada da PNGAT com apoio e assistência técnica, ampliação e destinação do Fundo Amazônia para a reposição de florestas nativas em terras degradadas a serem executados pelos povos indígenas poderiam ser consideradas nas premissas de um grande projeto de mitigação das mudanças climáticas?

Essas são as questões que chegaram pela Internet. Depois vocês poderão comentar.

Antes, eu vou passar a palavra ao Deputado João Daniel, do PT de Sergipe. Como já disse, S.Exa. é um grande parceiro da causa indígena. João Daniel é um assentado da reforma agrária, portanto, é não só parceiro da luta pela reforma agrária, da agricultura familiar, como também da luta dos povos das florestas, dos povos das águas.

Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Muito obrigado, Presidente Nilto Tatto.

Quero iniciar parabenizando o Presidente desta Comissão, o Deputado Nilto Tatto, que tem uma história de vida ligada aos compromissos com a terra, com os povos da terra, com os povos indígenas, com as florestas, com as águas. Então, quero parabenizar Nilto Tatto pela iniciativa.

Como membro desta Comissão, eu queria também saudar todos os povos indígenas, suas lideranças, de todos os Estados e regiões do Brasil, que estão aqui presentes nesta manhã, uma manhã que engrandece a Câmara Federal. Engrandece o Brasil um debate com os povos indígenas, que compreendem e que são os grandes defensores da natureza e da vida humana, sobre este tema:



Percepções e experiências dos povos indígenas no contexto das mudanças climáticas.

Eu queria parabenizar a todos e saudar todas as mulheres indígenas e homens indígenas, na pessoa de Denizia Cruz, a nossa querida companheira caririxocó. Ela tem uma grande luta e falou de uma coisa fundamental, importante, da grandeza e da beleza do Rio São Francisco, que, como muitas outras questões, está neste momento ameaçado.

Eu queria parabenizar todas e todos aqui presentes e os que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa. É fundamental este debate. No mundo se debate a existência de uma força conservadora, do grande capital, das grandes corporações, que produzem os agrotóxicos usados no mundo e que querem, a todo custo, transformar a terra num bem de capital para as grandes corporações, para negócios. Portanto, não há espaço para os quilombolas, não há espaço para os indígenas, não há espaço para os posseiros, não há espaço para os seringueiros, para as mulheres e os homens do campo, das florestas e das águas. Então, debater o clima e o espaço neste momento é fundamental.

Deputado Nilto Tatto, eu faço questão de dizer que, em outra Comissão desta Casa, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, trabalhamos o tema das águas, para o Fórum Alternativo Mundial da Água. Nós gostaríamos muito que fosse repassado o calendário do Fórum para os povos indígenas, que já acompanham, já participam, para estarem nas plenárias. A próxima será realizada na segunda-feira, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A grande maioria das cidades dos Estados está trabalhando o Fórum Alternativo Mundial da Água, que será realizado em março de 2018, aqui em Brasília. Não há como debater o tema sem a presença dos povos indígenas.

Há poucos dias, uma aldeia comemorou os 28 anos da conquista dos índios xocós — da retomada, na verdade — da Ilha de São Pedro. Nós acompanhamos, na Comissão de Meio Ambiente e na CPI, que a bancada ruralista tentou impor goela abaixo as suas normas, as suas regras, o que nada mais é do que violência contra os povos indígenas.

Nestes dias, há um debate na Comissão de Agricultura. Uma força dos ruralistas, coordenada pela bancada ruralista, quer a todo custo o arrendamento de



terras indígenas para o agronegócio, para a exportação de produtos. A grande maioria da bancada ruralista desta Casa só enxerga as multinacionais, só enxerga a exportação de soja, de carne, de outros produtos para os países ricos, como se o nosso País não tivesse mulheres e homens que precisam defender a natureza e viver com dignidade.

Então, este debate da questão climática é fundamental. Eu queria parabenizar todos os povos indígenas, que são os verdadeiros donos do nosso País, das terras brasileiras. A história dos povos indígenas é uma história de defesa do meio ambiente — das águas, das florestas, dos animais, da vida. Só faz sentido estarmos neste planeta se nós defendermos a vida. Defender a vida é pensar e ver a vida na perspectiva dos povos indígenas.

Que o dia de hoje traga uma grande lição para esta Casa, para que tenha mais respeito, mais vergonha. Já vimos de tudo aqui, mas é vergonhoso receber os povos indígenas com balas, com gás, com truculência, ou não recebê-los, não ouvi-los. É uma vergonha. Nós nos sentimos indignados quando somos obrigados a ir aos portões desta Casa receber lideranças indígenas que são retiradas dos plenários. Foi o que aconteceu em várias audiências realizadas aqui, nas quais não se aceitou o mínimo de presença, muito menos se ouviram as lideranças indígenas.

Espero que o sangue dos povos indígenas e das lideranças — a exemplo de Marçal de Souza, cuja história tive a oportunidade de conhecer durante os 2 anos em que vivi na região de Dourados, em Mato Grosso do Sul, onde nasceu meu filho — sirva para dar mais força, mais energia ao povo brasileiro que defende os povos indígenas, que, mais do que resistência, fazem propostas concretas de um mundo novo, de respeito à natureza.

Parabéns, Deputado Nilto Tatto. Parabéns a todos vocês que trazem esse lindo trabalho de defesa do meio ambiente e do futuro da humanidade.
(Manifestação na plateia. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado João Daniel.

Passo a palavra agora ao Sr. Luís Donisete, da Rede de Cooperação Amazônica — RCA.

O SR. LUÍS DONISETE - Bom dia.



Queria só registrar o agradecimento ao Deputado Nilto Tatto pela iniciativa de promover este seminário, de abrir este espaço na Câmara dos Deputados para os povos indígenas se manifestarem, trazerem as suas preocupações com relação ao que está acontecendo com a floresta, com o nosso País, com o clima no mundo. Acho que foi uma manhã extremamente rica.

Neste momento obscuro da nossa vida nacional, em que os povos indígenas são atacados por todos os lados, é importante conseguirmos alguns espaços em que os povos indígenas possam falar, usar a sua voz para dar o seu recado.

Acho que o Congresso Nacional tem uma dívida também com esses povos. Nós vivemos um momento extremamente grave na política indigenista, em que claramente o Governo se alia a facções dentro deste Congresso para suprimir e restringir direitos. Então, é muito importante que tenhamos Deputados aliados, como é o Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo, para fazer o contraponto às forças do mal, que vão contra os direitos dos povos indígenas.

Só queria fazer este registro e agradecer pela realização deste seminário.

Obrigado. *(Manifestação na plateia. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Luís Donisete.

Passo a palavra agora para Adriana Ramos, do ISA — Instituto Socioambiental.

A SRA. ADRIANA RAMOS - Muito obrigada, Deputado Nilto Tatto.

Eu quero fazer minhas as palavras do Luís Donisete.

Em nome do Instituto Socioambiental, agradeço a oportunidade ao senhor e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa.

Para nós, é muito importante que as diferentes histórias de vida, as experiências e, principalmente, o trabalho dos povos indígenas no sentido do enfrentamento das mudanças climáticas sejam trazidos a esta Casa. Consideramos que há uma riqueza muito grande de repertórios, de formas de enfrentar essas questões que a nossa sociedade ainda precisa aprender, para superar a crise climática que hoje já é tão presente, que não é mais uma questão do futuro.

Espero que esta oportunidade também inspire a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional a ouvir cada vez mais os povos indígenas, que não só o futuro deles mesmos, mas também o nosso futuro seja inspirado por essas manifestações,



por essas histórias que demonstram um cuidado maior com o planeta, como disse muito bem a Telma Taurepang.

Muito obrigada. (*Manifestação na plateia. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Passo a palavra agora ao Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, nobres indígenas, irmãos — somos todos irmãos —, assim como todos já se manifestaram, eu também quero me manifestar positivamente. Primeiro, cumprimento-os pelo nível desta audiência, pelo comportamento de cada um aqui hoje, pela forma clara, transparente e espontânea com que se apresentam e trazem suas preocupações quanto ao clima, conforme aquilo que vivem no dia a dia, diferente do que ocorre em algumas sessões de que participamos.

Quero dizer aos irmãos aqui presentes que eu estou na Casa há 31 anos. Participei da Constituinte e pude ouvir, naquele momento, todas as reivindicações da classe.

Hoje, participando desta audiência pública, Presidente Nilto Tatto, vejo que há uma mudança de comportamento. Aqui estão os verdadeiros e legítimos representantes dos povos indígenas. As alterações que vimos foram feitas com sentimento político — político. Aqueles que não se manifestaram politicamente manifestaram-se com o sentimento verdadeiro do povo indígena.

Vocês que estão representando os povos indígenas, não se deixem levar por essas influências que separam a Casa dos povos indígenas, porque estimulam uma situação que não existe, que usam para fazer a separação.

Sr. Presidente, eu fiquei muito feliz aqui ao ouvir o índio que se manifestou — não me lembro mais do nome dele — com relação à pesquisa. Quero pedir, como membro da Comissão, a V.Exa., que consiga com ele uma data para nós da Comissão de Meio Ambiente visitarmos o centro de pesquisa indígena. Eu quero conhecer. Sou goiano, filho de mato-grossense e quero defender a classe. Minha mãe nasceu lá no garimpo do Cassununga. Então, tenho uma ligação com a classe, tenho uma ligação com os povos indígenas. E vivo até hoje na agricultura, que é muito diferente daquilo de que ouvimos falar.



Lamento profundamente quando se diz aqui algo em relação ao agrotóxico. Ora, o agrotóxico é remédio como qualquer outro. Apenas o que muda é a dose. Nós não podemos levar para esse lado. Eu lamento o que já foi dito, como tenho lamentado também nas nossas sessões, nas nossas reuniões, tanto da Comissão de Agricultura quanto da Comissão de Meio Ambiente.

Nós temos que ter verdadeiro respeito uns pelos outros. Vamos levar a coisa sem o sentimento político! Por que o sentimento político? Nós todos estamos aqui felizes com as manifestações dos povos indígenas com relação a meio ambiente, com relação a tudo o que diz respeito à mãe Terra. Nós também fazemos parte da Terra. Não vamos nos jogar uns contra os outros! Temos que nos respeitar, com muita profundidade.

Sr. Presidente, eu acho que tudo aqui foi proveitoso. Eu gostaria que o índio, que o cacique que falou sobre o centro de pesquisa indígena... Quem foi? *(Pausa.)* Mauro Pedrosa, permita-nos ou nos ofereça a condição para visitar a sua aldeia, para conhecer de perto essa realidade. Nós também queremos aprender. Eu sou agricultor e quero aprender mais, quero ver isso com vocês lá. Eu também tenho essa preocupação, porque também sou produtor.

Lamento essa divisão que criaram entre o grande, o médio e o pequeno. Antigamente não existia isso, Deputado Nilto. Não existia. Agora estão criando um cavalo de batalha, como se nós fôssemos diferentes. Nós somos todos iguais! Todos nós precisamos viver, todos nós temos amor à terra. Quem não tem amor à terra? Vamos acabar com essa separação! Eu quero participar com vocês, sou um de vocês. Por que vou ser contra? Não há nenhum motivo. Existe alguma coisa errada?

Estamos conversando aqui civilizadamente. É o que tem que acontecer em todas as nossas audiências, Deputado Nilto. V.Exa. sabe do meu comportamento nas nossas reuniões, nas nossas sessões, nas nossas audiências. Eu sou pelo diálogo, eu sou pelo respeito absoluto ao próximo. Entre nós não pode existir separação, porque eu sou do partido A, e o Fulano é do partido B. Qual é o objetivo? É o Brasil. Qual é o objetivo? Preservar a nossa natureza. Então é por aí que nós temos que ir.

Por favor, marque uma visita a essa aldeia. Eu gostaria muito de participar.



Muito obrigado. (*Manifestação na plateia. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Deputado Roberto Balestra. V.Exa. é membro da Comissão, e eu sou testemunha de que é uma pessoa que preza pelo diálogo.

Nós podemos fazer juntos o pedido. Precisamos aprovar um requerimento. Eu acho importante a visita, porque vários relatos aqui se reportaram a pesquisas desenvolvidas pelos povos indígenas. Eu acho que é uma oportunidade... Mas, para irmos lá,...

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Se V.Exa. quiser, eu posso fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Faça o requerimento, e nós o subscreveremos, pois é uma oportunidade.

Com a palavra o Deputado Átila Lira.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, o Deputado Nilto Tatto, os líderes do movimento indigenista Davi e Krenak, os Deputados Roberto Balestra e João Daniel e todo o movimento indígena presente aqui.

Eu quero destacar a chamada “democracia direta”. A representação da sociedade se torna mais forte quando os movimentos sociais se organizam e mostram o seu pensamento. Este encontro de hoje, Deputado Nilto, tem esta característica, justamente a de afirmar a necessidade de o movimento indígena, os povos originários, prosseguir na questão das terras, na preservação ambiental e da própria cultura indígena, essa riqueza que nós temos no nosso País.

Portanto, eu quero dizer que nós estamos juntos nessa preocupação social de incorporar o pensamento do movimento indígena em nosso País, cada vez mais. Essa reclamação procede, e nós vamos caminhar juntos. Existem projetos de lei no Congresso, e nada mais justo do que a representação do movimento dialogar aqui conosco.

Quero cumprimentar V.Exa., um grande Parlamentar, defensor do meio ambiente e da humanidade.



No meu Estado, o movimento indígena é liderado pela tribo tabajara, que veio do Ceará e se abrigou justamente na minha cidade.

Era isso o que eu queria dizer. *(Manifestação na plateia. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Daniel) - Muito bem, Deputado Átila. Fui testemunha do seu trabalho na Presidência desta Comissão. V.Exa. sempre foi comprometido com a questão ambiental.

Com a palavra Daiara Tukano.

A SRA. DAIARA TUKANO - Bom dia a todas e a todos os presentes.

Meu nome é Daiara Tukano, eu sou do povo tucano da região do Rio Negro, do Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, e atualmente resido no Distrito Federal, aqui em Brasília.

Gostaria de cumprimentar a Comissão pela iniciativa, na presença dos nossos representantes Davi Kopenawa Yanomami e Ailton Krenak, que representam o conjunto de nossa luta política e espiritual, na caminhada de nossos povos pela continuidade de nossa história, e também pela aliança planetária que possa defender a vida e tudo aquilo que nos sustenta.

Morando em Brasília, como indígena em contexto urbano, e tantos outros que há por ali — 43% da população indígena se encontra atualmente em contexto urbano —, não somos alheios aos impactos das mudanças climáticas, Srs. Deputados, senhores presentes. Aqui em Brasília, neste ano, todos sentimos falta do canto das cigarras, que anunciam as chuvas que deveriam estar caindo, mas que não cantam diante do racionamento de água, diante da morte das nascentes que alimentam os rios de todo o País, a água que nasce neste Planalto Central, neste Cerrado, coração do Brasil, que brota para todos os grandes rios de nosso pedacinho de terra que é esta parte da América do Sul.

A experiência global dos povos indígenas — e já aproveito para comentar algumas das questões que foram colocadas na Internet —, a luta dos povos indígenas com relação aos impactos das mudanças climáticas é a mesma ao redor do mundo. Nós temos acompanhado constantemente a luta, nos Estados Unidos, no Standing Rock, contra a instalação de um enorme cano para transporte de petróleo que atravessará metade daquela terra e que tem comprometido não apenas os



territórios indígenas tradicionais, mas também as jazidas de águas, uma água pura que alimenta também grandes rios.

Temos acompanhado os processos de luta pela preservação das terras indígenas, pelo reconhecimento dos direitos indígenas no Canadá, que está passando por um processo de conciliação para promover — e dar exemplo — o reconhecimento dos direitos indígenas no mundo.

No México, os povos huicholes têm travado uma luta de décadas contra a mineração, que igualmente afeta águas antigas, nos seus desertos sagrados, desertos que dão origem a todo o conhecimento de seus povos, suas medicinas, suas tradições, que eles compartilham sempre, com muita generosidade, ao redor do mundo.

Temos vivido os impactos da mineração no Equador, mineração que tem utilizado a técnica do *fracking*, aqui denunciada por Ana Patté, e que já vem poluindo as jazidas do nosso grande Rio Amazonas, tão querido, tão amado e prestigiado por todo o planeta como um dos seus rios mais importantes.

Nossos rios não estão apenas na superfície, nossos rios estão embaixo da terra, nossos rios estão no ar, no vento. O impacto dessas mudanças tem sido sentido no Caribe, na sequência de grandes tornados, de grandes tempestades que têm afetado a vida de milhares de pessoas e chamado a atenção do mundo.

As águas têm sido impactadas, e todos nós sentimos esse impacto, não apenas os povos indígenas na floresta, não apenas os povos indígenas na cidade, mas também cada um de nós. As cigarras, os animais, as plantas pagam o racionamento de água com sua própria vida. Em breve, nossos bolsos não serão suficientes para suprir esse racionamento. A única alternativa para enfrentar esta situação é a consciência. E é a luta pela consciência que os povos indígenas compartilham com o mundo.

A luta dos povos indígenas, já comentando outra das questões enviadas pela Internet, é um exercício de compartilhamento de experiências entre muitas civilizações. Os povos indígenas se comunicam através de suas organizações políticas, institucionais e não institucionais. Estamos utilizando as novas tecnologias. Eu mesma sou coordenadora da Rádio Yandê, a primeira rádio indígena *on-line* do Brasil. Pode ser acessada no *site* www.radioyande.com, no qual sempre fazemos



questão de publicar os panoramas das lutas protagonizadas pelos povos indígenas ao redor do mundo.

A nossa luta é pelo compartilhamento de alternativas. Nós, como humanidade, temos que aprender com as abelhas. Elas são porta-vozes, representantes, denunciantes das mudanças climáticas, dos impactos da má gestão do agronegócio, quando elas morrem envenenadas e não conseguem fazer o seu trabalho de polinizar, de espalhar vida, de produzir mel. A colmeia é um exemplo perfeito de sociedade em que cada um faz o seu trabalho.

Este momento é um convite a todos nós, para lembrarmos que nosso planeta é nossa casa, e nossa casa é um ser vivo. Nossa mãe Terra nos alimenta, mas ela também precisa ser nutrida. Vamos continuar juntos, compartilhando cada vez mais novas e melhores experiências.

Muito obrigada. *(Manifestação na plateia. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Daiara.

Com a palavra o último orador, antes dos integrantes da Mesa, o Sr. Francisco Dipeta.

O SR. FRANCISCO CARLOS DIPETA - Bom dia, mais uma vez, para quem chegou depois.

Eu quero tão somente fazer os meus agradecimentos à Rede de Cooperação Amazônica — RCA, ao Instituto Socioambiental — ISA, ao Comitê Indígena de Mudanças Climáticas — CIMC, do qual também sou membro, e a esta Casa, esta Casa que é nossa, é de todos nós, brasileiras e brasileiros.

Quero fazer os meus agradecimentos à RCA e ao ISA por terem oportunizado, a nós do Nordeste-Leste, a participação no curso de Formação em Mudanças Climáticas e Incidência Política.

Quero também fazer um agradecimento à Embaixada da Noruega, que sempre esteve presente, que sempre apoiou os povos indígenas do Brasil. Eu faço esse agradecimento em nome dos povos indígenas do Brasil. A Embaixada da Noruega sempre nos apoiou, de nordeste a leste e de sul a norte, sempre esteve presente, junto com os povos indígenas do Brasil.

Esse é o meu agradecimento. Um abraço a todas as brasileiras e a todos os brasileiros. *(Manifestação na plateia. Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Francisco.

Quero também registrar a presença do Rafael Weree, neto do ex-Deputado Federal Mário Juruna (*palmas*), de Floriza e Maria Yanomami, da Associação das Mulheres Yanomami — Kumirâyõma. (*Manifestação na plateia. Palmas.*)

Passo a palavra a Davi Yanomami.

O SR. DAVI KOPENAWA YANOMAMI - Isso é rabo de onça. (*Risos.*)
Mataram as nossas onças do Brasil e usaram esse rabo delas.

Eu me esqueci de falar da mudança climática. Para nós da cultura ianomâmi significa *xawara*. *Xawara* é epidemia. *Xawara* mata crianças, homem, mulher, água, tudo. Então, isso é perigoso para nós todos, não é só para o índio, não, mas também para todos os que estão aqui dentro, representantes do nosso País.

Quem faz lei são Deputados e Senadores, e a (*ininteligível*) queria prova. Será que o homem da cidade tem remédio para mudança climática, para curar o mal da Terra planeta? Eu acho que não. Nós pajés ianomâmis sabemos entrar em contato com a Lua, sabemos entrar em contato com trovão, relâmpago e vento. Eles é que mandam chuva para nós, para a nossa mãe Terra tomar água, para ela ficar úmida. É o nosso conhecimento tradicional do povo ianomâmi, nascido aqui em nosso País.

O nosso rei e pai Omamë deixou nós aqui nesta terra. Aí o homem veio de lá dos Estados Unidos. Ele é culpado. Ele está ensinando os brasileiros, ele está ensinando o empresário grande. O empresário representa uma cobra grande e já mordeu terra, água, chuva, tudo.

É por isso que estou perguntando do remédio para curar o coração do planeta e nós também. Acho que homem branco não vai conseguir achar. Quem vai conseguir achar são os pajés ianomâmis. Nós entramos em contato com a Lua. Quando a Lua está nova, começa o trovão, nos meses de agosto e setembro. Sem trovão não vem água, para limpar o pulmão da mudança climática, que homem branco (*ininteligível*) um veneno para ele queimar a nossa floresta, a Floresta Amazônica, que pertence a nós todos, não só a índio, não, mas também aos brancos. Os brancos estão sofrendo também e se matando.

Então, era isso o que eu queria colocar, que eu me esqueci de colocar. Outros falaram, mas para mim, ianomâmi, faltou isso.



A minha preocupação é um homem daqui, vocês já conhecem esse homem, esse homem se chama Jucá Filho. Ele é um homem que não gosta de índio, não gosta de índio. Ele que nos traiu, ele que traiu o próprio Governo Federal, a FUNAI. A FUNAI é associada com os Governos. Então, ele está tentando, o filho, a filha... Está tentando entrar na nossa terra demarcada, reconhecida no Brasil, reconhecida internacionalmente, na Terra planeta, e a ONU já conheceu, a ONU, dos Estados Unidos. Eu fui lá para pedir para eles, e muitas pessoas, em vários lugares escutam.

Então, eu não quero que os Senadores e Deputados toquem nas nossas terras, já está resolvido. Não quero desmanchar de novo, para estragar de novo. Isso eu não quero. A minha regra é essa. Como vocês colocam nas suas casas na frente arame farpado, elétrico, para ladrão morrer pendurado, nós também, pajés, fazemos assim. Então, eu quero que vocês respeitem a terra demarcada, reconhecida mundialmente. Quem tomou responsabilidade foi a ONU, dos Estados Unidos. Aqui, eu já sei, no tempo do José Sarney, apanhei muito, mas eu aprendi muito. Eu aprendi a escutar. Então, felizmente, o meu povo está vivo. Outros estão morrendo, os brancos morrendo também, enterrados no chão, e no nosso corpo é colocado fogo, para acabar. Acabou a vida, então, ele vai para outro planeta.

A Floresta Nacional, como o Pico da Neblina e a Serra do Aracá até onde moro, passaram lá, e eu não gostei. Eu não gostei, eu já pedi ao Secretário do Meio Ambiente para rever. Então, eles engavetaram, e agora eles pegaram de novo. Então, eu não quero que mexam nas nossas terras, está homologado. Então, Srs. Deputados, agora nós fizemos aliança para lutar juntos, para defender a vida do povo ianomâmi, para defender a vida da Floresta Amazônia brasileira, *(ininteligível)* nosso País. O nosso País é muito bom, é muito bonito. A teoria *(manifestação em língua indígena)* fez um planeta bom para nós. Vocês veem a terra não destruída. Vocês, portugueses, vieram pobrezinhos, só trouxeram a roupa, mas aqui vocês se enriqueceram no nosso planeta, tirando ouro, madeira, diamante, fazendo mineração, barragem, hidrelétrica. Então, vocês ficaram ricos, com o nosso planeta Terra, nossa mãe, isso é que eu queria colocar. Todos já falaram, eu não quero me repetir, não.



Está aqui *A Queda do Céu*. O primeiro que caiu matou nosso povo. Então, aqui ficou o dois. Mudança climática é doença, para matar todo mundo. Caiu o primeiro, a queda do céu, caiu no chão, matou todos. Agora ficou o dois.

Esse livro é gravado com gravador, um gravadorzinho. Eu não escrevi, mas eu falei, com o gravador gravando o meu conhecimento, o que desde pequeno eu aprendi com os pajés, eu aprendi a sonhar, conhecer outro lugar bonito. Esse livro é feito para o senhor, professor, professora, estudante, médico e outras autoridades. Leiam isso aqui.

Então, aqui dentro conto a história, os acontecimentos, quando o homem chegou lá na nossa terra ianomâmi. Essa companhia se chama Comissão... Comissão, para demarcar o Brasil, Comissão de Limites. A Comissão de Limites, eu era pequeno assim, fizeram medo em mim, a minha mãe me colocou escondido. Então, aqui conta tudo isso, conta que chegaram lá doentes, aí todo mundo ianomâmi pegou sarampo — se chama sarampo —, catapora, coqueluche e malária, aqui conta tudo. (*Mostra livro.*) Aqui, como vocês falam, é o testemunho do meu trabalho, da minha luta em defesa do meu povo, em defesa da nossa sabedoria pajé, que nós temos.

Então, nesse livro, fui ajudado pelo Sr. Bruce Albert, antropólogo, que aprendeu a nossa língua, para falar a língua própria dos ianomâmis. Então, ele que traduziu. Ele gravou primeiro, depois botaram o fone para ir escrevendo. Isso aqui é muito importante para nós todos, até os parentes indígenas também podem comprar isso aqui. As novas lideranças têm que ser muito (*manifestação em língua indígena*), têm que ter experiência, para homem branco não encarar.

(*Manifestação em língua indígena*) está aqui. Eu não vou contar muito sobre aqui, porque herdou para mim. Morreram meu pai, minha mãe, tia, parente. Morreram muitos e, por isso, estou aqui cobrando o erro de vocês. Vocês têm responsabilidade, Deputado, Senador, Governo, Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

A FUNAI enfraqueceu, morreu. Nosso pai FUNAI... Só ficou o nome. Não está fazendo nada. Não chega à minha comunidade. Isso aí fica de olho, observador. Eu sou observador de como o homem trabalha com a nossa comunidade. Então era



isso que eu queria colocar — a minha fala, especialmente, Davi Kopenawa Yanomami.

Eu queria entregar esse livro para o Deputado, que eu conheci agora — ele já me conhece —, conhecer de perto. (*Manifestação em língua indígena.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Davi.

Aqui também quero fazer homenagem ao Sr. Bruce. Eu também o conheço e o admiro muito pelo trabalho e pela dedicação da vida toda pela causa dos ianomâmis.

Passo a palavra agora para o Sr. Ailton Krenak.

O SR. AILTON KRENAK - Eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Deputado Nilto Tatto e esta Comissão por terem criado esta oportunidade deste seminário. Depois de uma mensagem tão sensível, tão bonita e tão profunda como essa do nosso irmão Kopenawa Yanomami, eu não vou ficar recorrendo a temas comuns, porque ele pôs poesia neste nosso encontro.

Eu só queria fazer um único comentário a uma pergunta dos internautas. Há várias perguntas, mas uma pelo menos eu gostaria que respondessem. O Sr. Ronaldo Corvo fez uma pergunta à Mesa sobre quais seriam as ações da FUNAI e do Governo em geral para levar o ensino e a tecnologia para os índios poderem ampliar seus conhecimentos e, conseqüentemente, a produção em suas áreas.

Eu diria ao Ronaldo que foram muito esclarecedoras as falas de cada um dos representantes indígenas de diferentes regiões do nosso País sobre o conhecimento aplicado nos nossos territórios. A origem desse conhecimento não é de fora dos nossos territórios; ele não vem das tecnologias transferidas, vem da herança ancestral, do conhecimento profundo que cada um desses povos tem sobre os seus *habitats*.

Sobre a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, eu lhe diria que ela está sendo assaltada com a sequência de práticas de tirar daquela agência os melhores profissionais técnicos, que foram formados ao longo de 20 a 30 anos e estão sendo enxotados de lá por gente que está assumindo os cargos por nomeação política com o objetivo de dismantelar a política do Estado com relação aos territórios indígenas, especialmente quanto à proteção das populações que estão em situação de risco pelo pouco contato com as instituições do Estado, pela pouca mobilidade, à



semelhança do caso do Vale do Javari, onde estão sendo desmontadas todas as estruturas de proteção, de fiscalização e de monitoramento, o que deixa esse território livre à invasão madeireira e garimpeira.

Se fizer parte do projeto do Governo transformar aquela região em inferno, ele deve continuar desmantelando a FUNAI, e vai haver um escândalo internacional, com aquelas pessoas morrendo no meio do mato, assassinadas por garimpeiros e madeireiros.

A FUNAI não pode continuar sendo aviltada desse jeito. Há 2 ou 3 anos, agravou-se uma situação histórica que já se arrastava desde a Constituinte de 1988, com a falta de implementação da nossa Constituição.

Insisto em cumprimentar as nossas lideranças e os nossos parentes que aqui vieram, as autoridades que se fizeram presentes e prestigiaram este nosso encontro e o nosso querido amigo. Eu conheço o Deputado Nilto Tatto há tempo suficiente para tratá-lo como amigo.

Muito obrigado.

(Manifestação na plateia. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Ailton.

Quero registrar a presença do padre Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, que também é um grande parceiro da causa indígena. *(Palmas.)*

Com a palavra o Rafael Weree, por 2 minutos.

O SR. RAFAEL WEREE - Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente a oportunidade desta palavra.

Nós temos muitos desafios na área ambiental e de desenvolvimento sustentável. Precisamos de muita discussão e de muito estudo para aproveitarmos as riquezas naturais que se encontram nas nossas terras.

Então, eu quero lhes dizer uma coisa, aproveitando este momento. É muito bom ter a oportunidade de discutir na Comissão de Meio Ambiente, mas quero pedir que reativem a Comissão do índio dentro da Câmara, que está parada e não funciona. É um espaço apropriado para discutir, dentro da Câmara, temas de interesse dos povos indígenas. Quero fazer este apelo, para que se pense com carinho na possibilidade de fazer com que, de repente, ela volte a funcionar.

Essa é a minha palavra.



Quero agradecer esta oportunidade.

Ailton Krenak, Davi e outros parentes, sempre estamos juntos. Independentemente do lugar, da região, a nossa luta pela terra é única, é dos povos indígenas.

Muito obrigado. *(Palmas. Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Rafael.

Está registrada a sua demanda.

Imagino que seja da Frente Parlamentar em Apoio aos Povos Indígenas que ele esteja falando.

Antes de encerrar, eu também gostaria de falar algumas coisas. Por isso, primeiro quis ouvi-los.

É uma satisfação recebê-los aqui, enquanto Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Em nome de todos os Parlamentares, especialmente em nome do Deputado João Daniel, que está aqui e é membro da Comissão, e do Deputado Luiz Couto, que, como disse, também é um parceiro na causa indígena, informo que é uma satisfação recebê-los na Câmara para ouvir as experiências e as contribuições que vocês vêm dando para que o Brasil possa cumprir aquilo que se comprometeu a fazer nas negociações do clima. Como foi dito no início, vocês, mantendo a biodiversidade e mantendo a floresta, são parceiros da conservação — portanto, parceiros do povo brasileiro e parceiros do Brasil nessas negociações.

Talvez nem tanto para vocês que estão aqui, mas para aqueles que estão acompanhando de fora, pela Internet, ou que vão assistir depois pela *TV Câmara*, é importante dizer um pouco das coisas que estão acontecendo aqui dentro.

Vocês acompanharam de perto a CPI FUNAI e INCRA, que durou quase 2 anos — já foi citada aqui hoje, o próprio Deputado João Daniel lembrou. Essa Comissão foi utilizada para criminalizar e intimidar as lideranças indígenas e aqueles que são parceiros dos indígenas, principalmente as organizações não governamentais que há muito tempo vêm trabalhando com vocês. O resultado dessa CPI, conforme a vontade da grande maioria dos Parlamentares que a comandaram, foi o pedido de indiciamento de mais de cem pessoas, entre as quais lideranças indígenas, técnicos da FUNAI e do INCRA, lideranças da luta pela reforma agrária, gente de entidades parceiras dos indígenas e antropólogos — estes pelo simples



fato de fazerem relatórios antropológicos, seja com relação a terras indígenas, seja com relação a terras quilombolas. Há mais de cem pessoas nessa lista. Qualquer pessoa de bem neste País gostaria de fazer parte de uma lista com esses indiciados, qualquer pessoa de bem, para vocês terem uma ideia.

Mas o mais grave, além desse resultado — que encheu o saco dessas pessoas, porque boa parte delas não tem estrutura nem advogado para dar conta de processo que pode ser aberto —, é que essa CPI, como um instrumento desta Casa, serviu para que aqueles que a dominaram e a bancada ruralista fizessem avançar com maior velocidade propostas que vão contra os direitos dos indígenas, contra a reforma agrária e contra os direitos dos quilombolas, como, por exemplo, a PEC 215/00. Eles aproveitaram a CPI para aprová-la, e, com isso, ela ganhou força e velocidade no seu trâmite dentro da Casa. Esse talvez seja o mais grave resultado dessa CPI.

Mas também é importante lembrar, porque ela afeta e tem tudo a ver com debate sobre as mudanças climáticas e o debate sobre os temas de interesse dos povos indígenas, que há uma Comissão que está discutindo a atualização da legislação de sementes, a legislação de cultivares. Para se ter uma ideia, eles querem proibir que se guarde a semente para o ano seguinte, eles querem proibir que se faça a troca de sementes. Aquilo que vocês fazem há milhares de anos, aquilo que a humanidade faz há mais de 10 mil anos eles querem proibir.

Aqui dentro eles querem, segundo eles falam, atualizar a legislação do agrotóxico. O Brasil se tornou campeão mundial em uso de agrotóxico. Essa é a segunda maior causa de contaminação dos mananciais, de onde captamos água para bebermos e para os animais beberem também. Em muitas terras de vocês, a água chega contaminada por veneno, por agrotóxico, em virtude do modelo de agricultura implementado nos últimos 40 ou 50 anos no Brasil.

Nós achamos que a legislação atual, que fez com que o Brasil se tornasse o campeão mundial no uso de agrotóxico, é insuficiente do ponto de vista da restrição do uso do veneno na agricultura, mas eles acham que essa legislação precisa ser atualizada no sentido de liberar ainda mais, tirando o papel do IBAMA, que analisa o impacto para o meio ambiente, e tirando o papel da ANVISA, que analisa o impacto para as pessoas. Querem jogar na mão do mercado essa decisão, querem que as



grandes empresas transnacionais que dominam a comercialização dos agroquímicos digam como devem ser feitos a liberação dos agrotóxicos e o controle do uso dos agrotóxicos no Brasil.

Aqui dentro também está avançando muito projeto de lei que atualiza a política de licenciamento de grandes empreendimentos, seja na área de produção de energia, seja na área de infraestrutura de estrada, seja na área de agronegócio. Isso afeta vocês diretamente. A legislação atual já não é suficiente para assegurar a investida dos grandes empreendimentos para cima dos territórios indígenas e quilombolas e das Unidades de Conservação, mas eles acham que isso inclusive atrapalha e querem flexibilizar mais ainda.

Nesta Casa há uma série de projetos, além dos que vieram do próprio Executivo, para rever essa questão das terras indígenas já demarcadas, dos territórios quilombolas já demarcados e das Unidades de Conservação. Nesta Casa há uma série de iniciativas da bancada ruralista e também do próprio Governo Temer. A esta Casa já chegaram três medidas provisórias no sentido, segundo eles, de atualizar o Código de Mineração.

Para vocês terem uma ideia, eles criam uma agência que não vai ter o poder de fazer a regulamentação, tirando inclusive o papel do Estado e jogando o poder para o mercado, para a indústria da mineração, para os grandes empreendedores da mineração dizerem como deve ser a exploração mineral no Brasil.

Vamos ficar atentos, porque há também uma ameaça muito grande que está aqui dentro desta Casa. Enfim, há todo um modelo e uma bancada muito forte que cresceu aqui dentro — hoje são mais de 200 Deputados. E toda essa pauta, que é de interesse de vocês, dos povos indígenas, de toda a sociedade, daqueles que têm a ver com o direito ambiental, com aquilo é que conquista da legislação ambiental, está virando moeda de troca neste momento, em que mais de 200 Parlamentares querem avançar com seus empreendimentos para cima dos recursos naturais, das terras indígenas, das Unidades de Conservação, dos territórios quilombolas. Eles estão usando isso como moeda de troca para dar o seu voto e livrar o Presidente Temer do processo que está aqui nesta Casa e que deve ser instalado hoje na Comissão de Constituição e Justiça.



É importante dizer não só para vocês, mas também para aqueles que estão nos assistindo, que a causa de vocês, a luta de vocês, a contribuição que vocês vêm dando para o Brasil, para a sociedade brasileira, para a humanidade neste debate sobre mudanças climáticas corre risco em função dessa disputa pelos recursos naturais, pelos recursos da terra no Brasil. E esse debate ocorre aqui dentro desta Casa.

Como nós vimos aqui hoje, as diversas experiências com os projetos que vocês vêm desenvolvendo, a história de luta e de resistência de vocês, tudo isso mostra que também temos esperança. Ao longo desses 500 anos de confronto, podemos dizer assim, de visão de mundo, de como se deve cuidar do planeta, tudo isso mostra que vocês vêm resistindo. E as experiências que vocês demonstraram aqui hoje mostram que há saída, mas que nós precisamos fazer com que essas experiências, esse debate e essa resistência que tem sido feita nos territórios se propaguem e ganhem cada vez mais a adesão da sociedade brasileira, para que comecemos a mudar a cara deste Brasil, sobretudo a deste Congresso, a partir do próximo ano.

Então, meus agradecimentos à RCA, à Isa, ao Davi e ao Krenak, por mais essa oportunidade de ouvi-los aqui. Agradeço a todas as lideranças indígenas que vieram aqui trazer as suas experiências. Fiquem com Deus!

Esperamos que esta Comissão fique sempre aberta para ouvir a experiência de vocês, e que esta Casa, o Congresso Nacional, abra as portas para ouvi-los.

Informo que, a partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes deste seminário estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no *link*: Seminários e Outros Eventos.

Um grande abraço. (*Palmas. Manifestação no plenário.*)

Obrigado.

Está encerrada a reunião.